CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA
CAMPUS NOVA IGUAÇU

MAÍRA DE CARVALHO FERNANDES GONÇALVES SOUZA

A ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA OBTENÇÃO DE UMA IG: A POSSIBILIDADE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AIPIM NA BAIXADA FLUMINENSE

DISSERTAÇÃO

NOVA IGUAÇU

2025

MAÍRA DE CARVALHO FERNANDES GONÇALVES SOUZA

A ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA OBTENÇÃO DE UMA IG: A POSSIBILIDADE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AIPIM NA BAIXADA FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos

Orientador(a): Wladmir Henriques Motta

NOVA IGUAÇU

Cefet/RJ – Sistema de Bibliotecas – *campus* Nova Iguaçu

S729 Souza, Maíra de Carvalho Fernandes Gonçalves.
A elaboração de um guia de boas práticas para obtenção de uma IG : a possibilidade da indicação geográfica do aipim na Baixada Fluminense / Maíra de Carvalho Fernandes Gonçalves Souza. – 2025.
99 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia: f. 90-95.
Orientador: Wladmir Henriques Motta.

1. Planejamento regional. 2. Indicações geográficas (Marcas de origem). 3. Agricultura – Origem. 4. Certificados de origem. 5. Comunidades agrícolas – Certificados e licenças. 6. Aipim – Marcas de origem – Baixada Fluminense (RJ). 7. Agricultura familiar – Desenvolvimento. 8. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa. I. Motta, Wladmir Henriques (orient.). II. Título. CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por: Vania Coutinho Gomes Andrade – CRB7-4952

A ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA OBTENÇÃO DE UMA IG: A POSSIBILIDADE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AIPIM NA BAIXADA FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre

Maíra de Carvalho Fernandes Gonçalves Souza

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
WLADMIR HENRIQUES MOTTA
Data: 20/12/2025 18:54:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Presidente, Professor Dr. Wladmir Henriques Motta CEFET/RJ) (orientador)

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE ANDRE VILLAS BOAS MELLO
Data: 20/12/2025 10:42:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor Dr. José André Villas Bôas Mello (CEFET/RJ)

gov.br Documento assinado digitalmente
ANELISE GRACIELE RAMBO
Data: 20/12/2025 10:15:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professora Dra. Anelise Graciele Rambo (UFRGS)

Rio de Janeiro
Dezembro/2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado e fortalecido ao longo de todo o percurso até a conclusão deste projeto. À minha amada mãe, Maria José, expresso minha mais profunda gratidão pelo apoio incondicional em todos os meus sonhos. Sua dedicação ao trabalho e à família possibilitou que hoje eu tivesse oportunidades como esta. Se não fosse por ela, eu não teria chegado até aqui. Por isso, dedico especialmente a ela esta conquista.

À minha saudosa avó Lalá, que permanece viva em meu coração e que, certamente, estaria imensamente feliz com este momento da sua "caçula".

Agradeço aos meus familiares e amigos, que estiveram ao meu lado, oferecendo incentivo, compreensão e torcida constante ao longo dessa trajetória.

Durante minha formação acadêmica, encontrei pessoas fundamentais que me inspiraram e ofereceram suporte. Em memória do professor José Diamantino, afirmo que seus ensinamentos permanecem comigo desde a graduação e, sem dúvida, foram decisivos para que eu chegasse até este momento.

O mestrado me presenteou com as amizades de Luana e Mauro. Compartilhamos desafios, aprendizados e muitos momentos felizes, tornando essa caminhada mais leve e significativa. Vocês me inspiram, me ensinam e me fortalecem.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, agradeço imensamente pelo conhecimento compartilhado, que foi fundamental para minha formação.

Em especial, ao professor Wladimir Motta, meu orientador, sou profundamente grata pelo apoio constante, pela paciência, pela confiança e por aceitar trilhar comigo esta jornada, contribuindo de forma essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua trajetória acadêmia e profissional são inspiração para mim.

Ao professor José André Mello, cujas disciplinas foram base para a construção deste trabalho, agradeço pelas reflexões, motivações e ideias que estimulam seus alunos ao crescimento pessoal e profissional.

Minhas pesquisas ao longo do mestrado sempre tiveram como propósito contribuir, de alguma forma, para o desenvolvimento da Baixada Fluminense, seja propondo melhorias, seja evidenciando manifestações, saberes e recursos territoriais, visando ao seu reconhecimento pela sociedade. Essa foi minha maior motivação, especialmente diante do desafio de conciliar o curso de mestrado com o trabalho, os compromissos familiares e outras responsabilidades.

Por fim, agradeço ao CEFET Nova Iguaçu, instituição da qual faço parte há

aproximadamente dez anos, desde o ingresso na graduação em Engenharia de Produção até a conclusão do mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Levo comigo inúmeras recordações e um profundo carinho por esta instituição, que tanto contribuiu para minha formação. Torço por seu contínuo crescimento e por sua missão de transformar vidas.

RESUMO

A elaboração de um guia de boas práticas para obtenção de uma IG: a possibilidade da indicação geográfica do aipim na Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense (BF), embora periférica, é um território rico em biodiversidade, saberes tradicionais, cultura local e história, além de contar com forte presença da agricultura familiar. Tais recursos territoriais demandam estratégias de mobilização voltadas ao desenvolvimento territorial. Entre as vocações regionais, destaca-se a produção de aipim, que inspira uma das celebrações mais populares da região: a Festa do Aipim, realizada em Tinguá, Nova Iguaçu. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo avaliar a viabilidade de obtenção de uma Indicação Geográfica (IG) para o aipim da Baixada Fluminense, por meio da elaboração e aplicação do "*Guia de Boas Práticas para a Obtenção de uma IG sustentável*". Para sua fundamentação, foram considerados os conceitos de desenvolvimento sustentável, cesta de bens e serviços territoriais, patrimônio territorial, e signos distintivos, além de uma revisão de literatura voltada à identificação das melhores práticas para obtenção de IGs no Brasil. Posteriormente, o guia foi aplicado a partir de entrevistas semiestruturadas com atores territoriais. Além disso, em uma análise quantitativa, o estudo busca avaliar a produção de aipim na região para verificar sua expressão em relação às demais localidades. Para isso, foi utilizado a base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, realizando as análises com o suporte do *software* Jamovi. Os resultados revelam que o aipim *in natura* da região possui qualidade diferenciada em sabor e textura, decorrente de condições ambientais associadas ao saber-fazer e à tradição local. A história da região vinculada ao Brasil-Império, as festas tradicionais e a paisagem natural exuberante reforçam a identidade territorial. Embora ainda incipiente, a região apresenta produções e subprodutos orgânicos diversificados. No entanto, para a obtenção da IG, o território precisa superar diversas fragilidades, como o estabelecimento de diretrizes de qualidade e rastreabilidade, a oferta efetiva de assistência técnica rural, a capacitação para a produção e o beneficiamento do aipim, a realização de fóruns e seminários sobre o tema, além da aplicação de metodologias voltadas à promoção do desenvolvimento territorial. Além disso, evidencia-se, como elemento central dessas transformações, a necessidade de uma melhor articulação entre os atores públicos, privados e associativos, a fim de impulsionar essa conquista para o território.

Palavras-chave: agricultura familiar, indicação geográfica, cesta de bens e serviços territoriais, desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

Developing a guide to best practices for obtaining a GI: the possibility of geographical indication for cassava in the Baixada Fluminense region.

The Baixada Fluminense (BF), although peripheral, is a territory rich in biodiversity, traditional knowledge, local culture, and history, in addition to having a strong presence of family farming. These territorial resources require mobilization strategies aimed at territorial development. Among the regional vocations, cassava production stands out, inspiring one of the most popular celebrations in the region: the Cassava Festival, held in Tinguá, Nova Iguaçu. In this context, the present study aims to evaluate the feasibility of obtaining a Geographical Indication (GI) for cassava from Baixada Fluminense through the development and application of the "Good Practices Guide for Obtaining a Sustainable GI." For its theoretical foundation, the concepts of sustainable development, territorial baskets of goods and services, territorial heritage, and distinctive signs were considered, along with a literature review focused on identifying best practices for obtaining GIs in Brazil. Subsequently, the guide was applied through semi-structured interviews with territorial actors. In addition, a quantitative analysis seeks to assess cassava production in the region in order to verify its relevance compared to other localities. For this purpose, data from the 2017 Agricultural Census were used, and the analyses were carried out with the support of Jamovi software. The results reveal that fresh cassava from the region has differentiated quality in flavor and texture, resulting from environmental conditions associated with know-how and local tradition. The region's history linked to Imperial Brazil, traditional festivals, and an exuberant natural landscape reinforce territorial identity. Although still incipient, the region presents diversified organic productions and by-products. However, in order to obtain the GI, the territory must overcome several weaknesses, such as establishing quality and traceability guidelines, ensuring effective rural technical assistance, providing training for cassava production and processing, holding forums and seminars on the subject, and applying methodologies aimed at promoting territorial development. Furthermore, the need for better articulation among public, private, and associative actors is highlighted as a central element in driving this achievement for the territory.

Keywords: family farming, geographical indication, basket of territorial goods and services, sustainable development

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Estrutura metodológica da pesquisa 16
Figura 02 - Estrutura da dissertação 17
Figura 03 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (VAB) 25
Figura 04 - Ranking lavoura permanente Rio de Janeiro 27
Figura 05 - Ranking lavoura temporária Rio de Janeiro 28
Figura 06 - Mapa da Baixada Fluminense 29
Figura 07 - Mapa regiões do estado do Rio de Janeiro 37
Figura 08 - Produção de aipim em Jaceruba 58
Figura 09 – Bairros de Nova Iguaçu e municípios vizinhos 59
Figura 10 - Produção agroecológica e sistema agroflorestal em Jaceruba 61
Figura 11 - Venda de aipim em Belford Roxo 64
Figura 12 - Captações de água em Rio D'Ouro, Tinguá, Vila de Cava e Jaceruba 64
Figura 13 - Cenário em Jaceruba 66
Figura 14 - Festa do Aipim em Tinguá 2025 67
Figura 15 - Produtos da Festa do Aipim 68
Figura 16 - Rota do aipim 70
Figura 17 - Pesquisa na Reserva Biológica do Tinguá 72
Figura 18 - Produção de aipim no Rio de Janeiro 78
Figura 19 - Produção de aipim na Baixada Fluminense 79
Figura 20 - Área dedicadas à produção de aipim 79
Figura 21 - Gráfico do teste T 82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores sociais dos município da BF 30
Tabela 2 - Análise estatística descritiva das regiões do Rio de Janeiro 80
Tabela 3 - Estatística descritiva do teste T 81
Tabela 4 – Teste t da produção de aipim 82
Tabela 5 - Teste Levene 83
Tabela 6 - Teste de Normalidade (Shapiro-Wilk) 83
Tabela 7 - Teste de Mann-Whitney 83
Tabela 8 - Teste T 84

LISTA DE ABREVIATURAS

BF Baixada Fluminense

CBST Cesta de Bens e Serviços Territoriais

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DO Denominação de Origem

DS Desenvolvimento sustentável

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG Indicação Geográfica

IP Indicação de Procedência

INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU Organização das Nações Unidas

PPGDTS Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sumário

1. INTRODUÇÃO 11
1.1 Considerações Iniciais 11
1.2 Situação-problema 12
1.3 Justificativa da pesquisa 13
1.4 Perguntas da Pesquisa 14
1.5 Objetivos da Pesquisa 14
1.5.1 Objetivo Geral 15
1.5.2 Objetivos Específicos 15
1.6 Delimitações da Pesquisa 15
1.7 Procedimentos metodológicos 15
1.8 Organização da Pesquisa 16
2. REVISÃO DE LITERATURA 19
2.1 Desenvolvimento sustentável 19
2.2. A abordagem do patrimônio territorial e suas dimensões 20
2.3 Cesta de Bens e Serviços Territoriais 21
2.3 Cesta de Bens e Serviços Territoriais 22
2.4 Signos distintivos territoriais 23
2.5 A agricultura no Rio de Janeiro 24
2.6 O contexto socioeconômico da Baixada Fluminense 29
3. METODOLOGIA 31
3.1 Abordagem Qualitativa 32
3.1.1 Classificação da pesquisa 32
3.1.2 Técnica de coleta de dados 33
3.1.3 Procedimento de análise de dados 35
3.1.5 Limitações da pesquisa 36
3.2 Abordagem Quantitativa 36
3.2.1 Estatística descritiva 37
3.2.2 Teste de hipótese 37
4. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA OBTENÇÃO DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL 39
4.1 Histórico, conceituação e marcos legais das indicações geográficas 39
4.2 Requisitos para obtenção de uma IG 40

4.3 A IG como ferramenta de Desenvolvimento Territorial Sustentável 43
4.4 Desafios na obtenção de uma IG 44
4.5 Boas práticas na obtenção de uma IG sustentável 45
4.5.1 Qualidade 46
4.5.2 Diferenciação 47
4.5.3 Inovação Social 47
4.5.4 Valorização Territorial 48
4.5.5 Capacitação 49
4.5.6 Organização 50
4.5.7 Comunicação 51
4.5.8 Metodologia 51
4.6 Resultados e discussão - O Guia de Boas Práticas para a Obtenção de uma IG 52
5. A POSSIBILIDADE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AIPIM PARA BAIXADA FLUMINENSE 58
5.1 Qualidade 58
5.2 Diferenciação 63
5.3 Inovação Social 65
5.4 Valorização territorial 66
5.5 Capacitação 72
5.6 Organização 73
5.7 Comunicação 76
5.8 Metodologia 76
6. ANÁLISE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO DE AIPIM NO RIO DE JANEIRO 78
6.1 Estatística descritiva 78
6.2 Teste de Hipótese 81
6.2.1 Pressupostos 83
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 86
REFERÊNCIAS 90
ANEXO 1 – GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA OBTENÇÃO DE UMA IG 96
ANEXO 2 – DADOS CENSO AGROPECUÁRIO 2017 97

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta as considerações iniciais, onde são detalhados os pontos importantes para a imersão no estudo. Logo após, é descrita a situação-problema da pesquisa e justificativa, são expostos os objetivos, sua estrutura metodológica e pôr fim a organização do estudo.

1.1 Considerações Iniciais

Quando se trata de agricultura familiar, regiões rurais que foram excluídas por modelos produtivistas, tornando-se pouco competitivas, hoje revelam-se importantes reservatórios de recursos específicos, como paisagens naturais, saberes tradicionais e diversidade agrícola, preservados ao longo do tempo (Favareto, 2020). Práticas que se diferenciam das rotinas produtivas convencionais, na agricultura familiar, podem ser consideradas inovações, visto que tais produções derivam de recursos específicos do território (Denardin et al., 2022). No entanto, diversos são os desafios enfrentados por pequenos proprietários rurais, como o acesso à assistência técnica, ao gerenciamento do negócio, às tecnologias e às políticas públicas (Souza, 2023; Souza & Farias, 2023).

A participação de agricultores familiares em cooperativas, a ampliação das áreas produtivas e o aumento do nível de escolaridade trazem possibilidades para o crescimento da renda bruta de pequenos proprietários rurais. Contudo, é essencial a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, incorporando ações de educação e capacitação dos produtores (Guanziroli & Vinchon, 2019).

Outra possibilidade é utilização de estratégias de identificação de vocações locais e a valorização de recursos específicos na promoção de um desenvolvimento sustentável (DS) em seus territórios com a presença da agricultura familiar. Esse é o caso da indicação geográfica (IG), que se alicerça na preservação de tradições locais e na diferenciação, gerando produtos e serviços de qualidade diferenciada e favorecendo o acesso a mercados. A IG configura-se como uma política pública destinada a reconhecer a origem de produtos ou serviços cuja qualidade diferenciada decorre de sua localização geográfica (INPI, 2024).

Contudo, conquistar essa distintividade e reconhecimento territorial é um grande desafio, pois exige forte articulação entre os atores territoriais, envolvendo-se nos processos de produção e beneficiamento (Dallabrida, 2023b; Castellanos et al., 2024).

Ao explorar arcabouço teórico para tal forma de desenvolvimento, revela-se que nos últimos anos abordagens territoriais têm buscado promover a transição de uma sociedade orientada por objetos e mercadorias para outra, pautada por signos. Esses, surgem a partir justamente da valorização especificidades e identidades territoriais, possibilitando distinguir regiões entre si (Dallabrida, 2023).

Diversas iniciativas têm buscado identificar oportunidades de desenvolvimento sustentável por meio da ativação dos recursos territoriais, esse é o caso do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (Pecqueur, 2001; Cazella, 2020) e o Patrimonio Territorial (Dallabrida et al., 2023). Em territórios com predominância da agricultura familiar, destacam-se estratégias como a inovação nas produções (Souza et al., 2022) e o turismo (Souza & Farias, 2023; Souza et al., 2023). Busca-se, ainda, conferir notoriedade e especificidade a esses produtos e serviços, fortalecendo signos distintivos ancorados em uma marca territorial (Dallabrida, 2023b; Castellanos et al., 2024).

Diante do exposto, a presente pesquisa visa contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar, impulsionando a obtenção de IGs através da elaboração de um guia de boas práticas. O intuito é compilar experiências de êxito com o registro em territórios, formulando um repositório das melhores práticas registradas na literatura. Adicionalmente, o estudo aplicará esse guia para avaliar a viabilidade de uma IG do aipim na Baixada Fluminense, tomando como base os indícios de seu amplo reconhecimento em razão da qualidade.

1.2 Situação-problema

A mesorregião da Baixada Fluminense (BF) é situada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, composta por municípios com alta densidade populacional em seus centros, enfrentando os desafios como crescimento desordenado, violência urbana e ineficiência nos serviços públicos (Menezes & Mello, 2022; Menezes et al., 2024). Por outro lado, esses municípios também abrigam diversidade cultural e vastas áreas verdes, que são repositórios de biodiversidade inseridos no bioma da Mata Atlântica (IBGE, 2022). Nessas localidades existem famílias inseridas no contexto da agricultura familiar, enfrentando a difícil tarefa de preservar suas culturas.

A BF possui forte vocação para o cultivo do aipim, inclusive com a presença de uma reconhecida manifestação popular, a festa tradicionalmente realizada no bairro de Tinguá em Nova Iguaçu denominada Festa do Aipim. A notoriedade do produto

específico, o aipim, justifica-se por seu sabor diferenciado e maciez, com rápido cozimento. Tais atributos estão atrelados à fertilidade incomum do solo da região, às condições ambientais e aos saberes tradicionais. Diante disso, a presente pesquisa busca investigar a possibilidade da obtenção de uma IG do aipim para o território.

Essa iniciativa abre a possibilidade de criação de um signo distintivo para a região, capaz de promover melhores resultados na produção agrícola. Esses sinais são utilizados no mercado para identificar e diferenciar produtos, serviços, empresas, estabelecimentos, regiões ou localidades. Contudo, essa é uma árdua tarefa pois exige um alto nível de articulação de atores territoriais (Dallabrida et al., 2020).

Pensando nisso, a presente pesquisa com o objetivo de contribuir com a obtenção de IGs no Brasil, formula um repositório de práticas sustentáveis na obtenção do registro. O documento denominado "*Guia de Boas Práticas para a Obtenção de uma IG sustentável*", que se encontra organizado em oito eixos temáticos, a saber: qualidade, diferenciação, inovações sociais, valorização territorial, capacitação, organização, comunicação e metodologia.

A elaboração do guia é alicerçada nas concepções de desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, CBST e signos distintivos. Além disso, utilizou-se a literatura especializada em indicação geográfica aplicando a seguinte pergunta de pesquisa: quais são as melhores práticas sustentáveis de regiões que conseguem obter uma IG?

Por fim, com o intuito de comprovar que as produções agrícolas de aipim na BF não são irrelevantes em comparação com as demais localidades do Rio de Janeiro (RJ), realizou-se uma análise estatística das produções de aipim no estado baseada nos dados fornecidos pelo último Censo Agropecuário em 2017. Assim, foi realizada análise estatística descritiva entre as regiões da BF, bem como uma teste de hipótese norteado pela seguinte pergunta: a média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é igual à média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro?

1.3 Justificativa da pesquisa

Esta pesquisa foi construída a partir de iniciativas desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos do CEFET/RJ, campus Nova Iguaçu, com o apoio da CAPES. O curso proporcionou importantes fundamentos teóricos e metodológicos, abordando temas como território e urbanização periférica, desenvolvimento territorial sustentável, arranjos produtivos locais e inovação, serviços ecossistêmicos,

estatística, entre outros, que se mostraram essenciais na formação acadêmica direcionada ao desenvolvimento regional.

Paralelamente, o programa incentivou a realização de pesquisas alinhadas ao arcabouço teórico apresentado, com aplicação prática especialmente na Baixada Fluminense. Nesse contexto, foram conduzidas pesquisas de campo em festas tradicionais, unidades de conservação ambiental, assentamentos rurais, empreendimentos locais, associações, cooperativas e instituições públicas e privadas situadas no território da Baixada Fluminense.

Como resultado desse processo de aprendizado e das vivências proporcionadas pelo programa, originou-se este trabalho, cujo objetivo é oferecer uma contribuição científica tanto para o aprimoramento das políticas públicas relacionadas à indicação geográfica, por meio da elaboração de um guia de verificação e orientação de boas práticas para obtenção do registro, quanto para sua aplicação prática. Para isso, realiza-se um estudo de caso sobre a possibilidade de obtenção de uma IG na Baixada Fluminense, produzindo um diagnóstico e incentivando essa iniciativa no território.

A pesquisa está alinhada à Linha 1 – Desenvolvimento Regional do programa, que busca desenvolver estudos capazes de gerar conhecimento voltado à promoção de avanços para a sociedade nas dimensões econômica, social e ambiental, fomentando políticas públicas em contextos locais e regionais. Essa linha articula-se especialmente ao projeto Cidades e Territórios, que orienta a produção de estudos voltados ao desenvolvimento e à redução de assimetrias urbanas, considerando as cidades e territórios como espaços de bem viver, dotados de sistemas públicos de serviços adequados. Espera-se, ainda, o desenvolvimento de projetos inter e multidisciplinares que integrem diferentes perspectivas e áreas de aplicação, como engenharia, educação, transporte, turismo, meio ambiente, saúde, gestão, negócios, economia da energia, entre outras áreas do conhecimento.

1.4 Perguntas da Pesquisa

- A produção de aipim da Baixada Fluminense representa um recurso territorial específico, com potencial de se tornar uma indicação geográfica?
- Que elementos são necessários para que uma IG se efetive?

1.5 Objetivos da Pesquisa

Os objetivos desta pesquisa foram divididos em geral e específicos.

1.5.1 Objetivo Geral

Avaliar a viabilidade de uma IG do aipim na Baixada Fluminense, elaborando um guia de boas práticas sustentáveis para sua obtenção.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Construir um guia de boas práticas para obtenção de uma IG no Brasil e aplicá-lo no caso do aipim da BF;
- Analisar as vulnerabilidades existentes no caso da produção do aipim na BF para obtenção de uma IG, de modo que seja possível propor orientações para obtenção da IG; e
- Analisar a capacidade produtiva de aipim na BF em relação às demais regiões do RJ.

1.6 Delimitações da Pesquisa

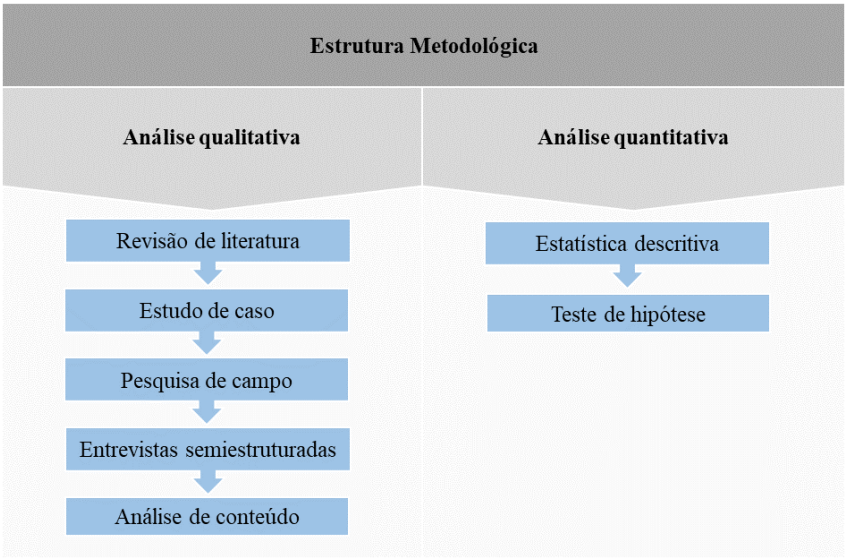
O principal foco da pesquisa é identificar em que medida a produção de aipim na BF apresenta características diferenciadas que possam justificar a conquista de uma IG, contribuindo para melhores resultados produtivos entre pequenos proprietários rurais. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores territoriais de municípios que apresentam vocação para o cultivo.

A pesquisa, inicialmente, delimita-se aos 13 municípios que compõem a Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Seropédica, Japeri, Itaguaí, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim. Contudo, a investigação teve maior foco nos municípios de Nova Iguaçu e Japeri, por se tratar de localidades com expressiva vocação para o cultivo do aipim e que abrigam manifestações culturais amplamente reconhecidas: a Festa do Aipim, realizada no bairro de Tinguá em Nova Iguaçu e a Festa da Banana em Jaceruba, realizada no município de Japeri.

1.7 Procedimentos metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, conforme ilustrado na Figura 1. No eixo qualitativo, utilizaram-se técnicas de coleta de dados como revisão de literatura, estudo de caso, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados qualitativos foi conduzida por meio do método de análise de conteúdo. Na vertente quantitativa, foram empregadas a análise estatística descritiva e a aplicação de teste de hipótese.

Figura 1 - Estrutura metodológica da pesquisa

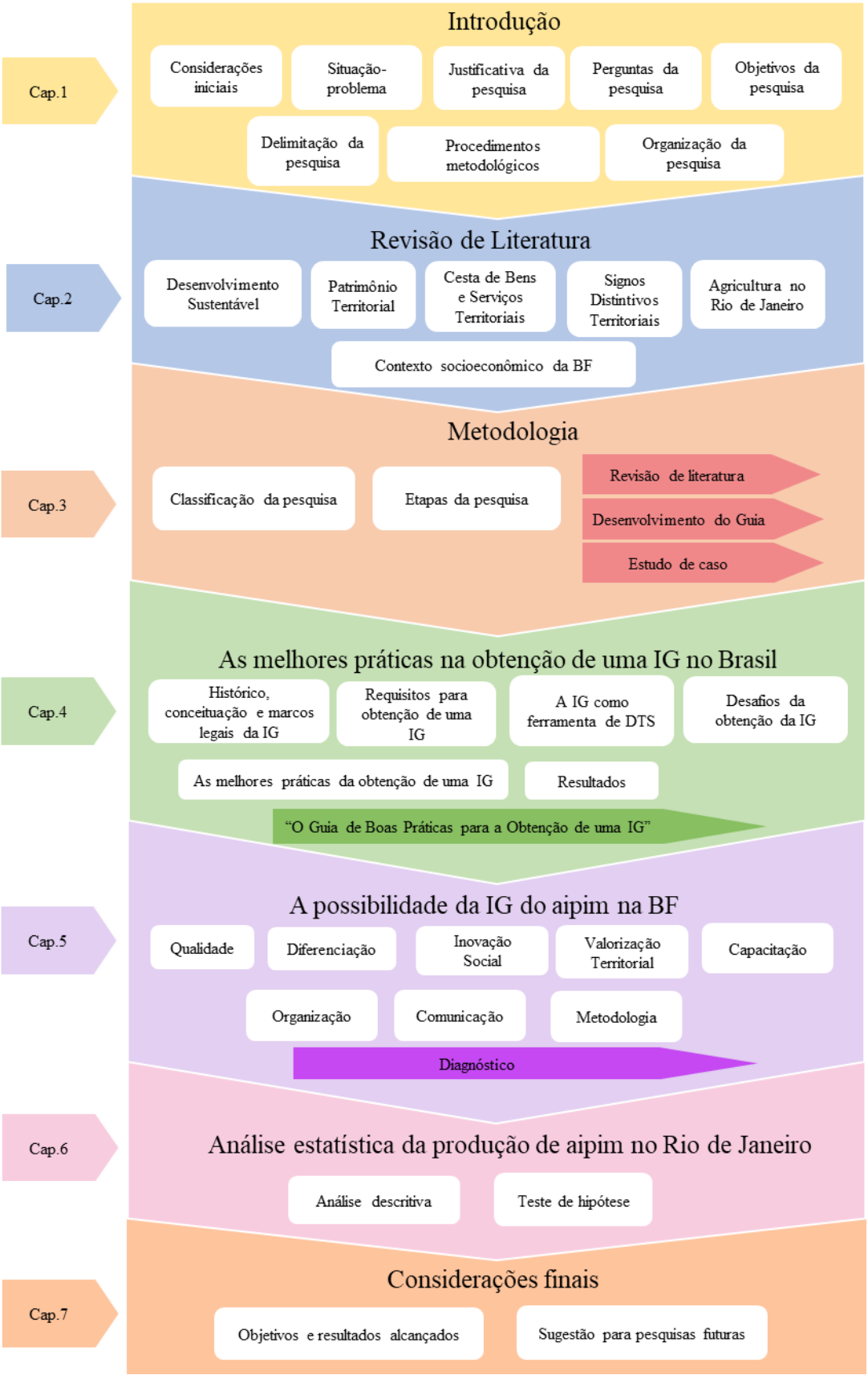


Fonte: Elaboração própria

1.8 Organização da Pesquisa

O presente estudo foi estruturado, conforme ilustrado na Figura 2, com o propósito de facilitar a compreensão do percurso da pesquisa.

Figura 2 - Estrutura da dissertação



Fonte: Elaboração própria

Capítulo 1 - Introdução do tema abordado através das considerações iniciais, da problemática do cenário, das perguntas que serão respondidas, dos objetivos da pesquisa, da relevância, da sua delimitação, da estrutura metodológica e finalmente organização do estudo.

Capítulo 2 - Realização de uma revisão na literatura para apresentação do arcabouço teórico utilizado na pesquisa: desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, CBST e signos distintivos. Além disso, foi contextualizada a agricultura no Rio de Janeiro, com foco nas produções de aipim, e aspectos socioeconômicos da Baixada Fluminense.

Capítulo 3 - Apresenta a abordagem metodológica adotada, que combina técnicas qualitativas e quantitativas. São descritos a classificação da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e as técnicas empregadas para sua análise. Na sequência, identificam-se o universo investigado e as limitações do estudo.

Capítulo 4 - Expõe a revisão da literatura especializada em indicação geográfica e formulação do "*Guia de Boas Práticas Sustentáveis para a obtenção de uma IG*".

Capítulo 5 - É realizado o diagnóstico da obtenção da IG do aipim na BF através da aplicação do "*Guia de Boas Práticas Sustentáveis para a obtenção de uma IG*".

Capítulo 6 - Análise estatística da produção de aipim no Rio de Janeiro em comparação com a BF como contribuição para um desenvolvimento da agricultura familiar.

Capítulo 7 - Apresenta as conclusões, indicando novos rumos da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo são apresentados os conceitos que constituem o fundamento conceitual orientador da interpretação e compreensão dos resultados desta pesquisa. Abordam-se, portanto, noções de desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, Cesta de Bens e Serviços Territoriais e signos distintivos, todos essenciais para a elaboração do guia de boas práticas voltado à obtenção de indicações geográficas proposto neste estudo.

Além disso, considerando que o tema da pesquisa se insere no contexto da agricultura na Baixada Fluminense, com estudo de caso focado no aipim, apresenta-se também um panorama da agricultura no estado do Rio de Janeiro, destacando suas principais produções e o contexto social da Baixada Fluminense.

2.1 Desenvolvimento sustentável

Ao longo de sua história, o capitalismo se desenvolveu orientado por uma lógica centrada na acumulação de produtos e no uso indiscriminado dos recursos naturais, estabelecendo-se de forma desproporcional nas regiões do mundo e intensificando a desigualdade social. A partir de 1950, surgem as primeiras crises socioeconômicas e de ordem ambiental. Nesse momento, emerge a consciência socioambiental e têm início os debates sobre o tema em nível global. Um marco importante nesse processo foi a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972. Ela foi responsável por introduzir as primeiras discussões sobre a necessidade de incluir na avaliação dos processos de crescimento econômico a variável ambiental, considerando os impactos da ação humana sobre o meio ambiente (Meadows et al., 1972).

Com o amadurecimento desses debates, surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) por meio do Relatório de Brundtland denominado "*Nosso Futuro Comum*", apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). Nesse documento, questões ambientais, sociais e econômicas são interligadas e o DS é definido como aquele capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (CMMDA, 1991.

Resultado da trajetória de conscientização sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável, estabeleceram-se agendas de cooperação global voltadas ao enfrentamento de desafios de ordem social, ambiental e econômica, como é o caso da atual Agenda 2030 estabelecida pela ONU. Com o título de "*Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*", ela estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS), desdobrando-se em 169 metas e 232 indicadores. Os ODS abrangem temas como pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de género, água, saneamento, energia, urbanização, ambiente e justiça social. Cabe ressaltar que um dos objetivos principais é a erradicação da pobreza, sustentada por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

2.2. A abordagem do patrimônio territorial e suas dimensões

Nas últimas décadas, têm emergido na literatura concepções que defendem o "retorno ao território" (Santos, 2005). Essa perspectiva converge com estudos que consideram as regiões rurais, anteriormente desfavorecidas devido à sua exclusão dos modelos produtivistas agrícolas, como um rico repositório de recursos específicos, como paisagens naturais, saberes tradicionais e diversidade agrícola, que permaneceram intocados. Tais aspectos trazem possibilidades para um desenvolvimento territorial sustentável por meio de sua valorização através de uma mobilização coletiva de atores locais, em que se destaca a cultura da agricultura familiar (Favareto, 2020; Denardin et al., 2022).

Nesse sentido, Dallabrida et al. (2023) salientam a importância de se considerar, nas análises de abordagens territoriais, as dimensões que contemplam o patrimônio territorial: produtivo, natural, cultural, humano-intelectual, social e institucional. Para cada uma dessas dimensões, foi publicado um estudo que apresenta indicativos metodológicos com a finalidade de realizar o diagnóstico desses componentes na abordagem territorial. Esses artigos são contribuições aos projetos de pesquisa "*O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*" (CNPq) e "*O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*" (PPGDTS-UFPR) (Denardin et al., 2022).

Primeiramente, deve-se entender o que abrange o patrimônio territorial: "[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental." (Dallabrida, 2020, p. 12). Em sua dimensão produtiva no território, são contempladas variáveis relacionadas aos recursos financeiros da localidade, às atividades comerciais e serviços, aos equipamentos e infraestrutura e às organizações produtivas. No caso das regiões com predominância do sistema agrário, observa-se que a ativação de seus recursos territoriais pode ocorrer por meio de inovações sociais, agroecologia e a capacidade de agregar valor às produções, proporcionando maior qualidade e especificidade (Büttenbender et al., 2022).

Outro aspecto importante a ser estudado é o cenário em que está inserida a região de estudo, ou seja, sua dimensão natural. A pesquisa de Denardin et al. (2022) aponta a importância do estudo da geodiversidade dos territórios, bem como o reconhecimento de seu percurso histórico e patrimônio arquitetônico. Esses componentes, além de trazerem oportunidades de oferta de produtos específicos, possuem valor educacional e oferecem possibilidades para agregar o serviço de turismo nos territórios. Os autores apontam a aplicação do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia de orientação nesse processo de valorização dos recursos territoriais.

Dando continuidade à exposição dos componentes do patrimônio territorial, o saber-fazer é um recurso imaterial ligado ao território, manifestando-se em práticas ancestrais, culturais, pratos típicos, entre outros. Pode também originar-se de conhecimentos introduzidos pela presença de universidades ou outras organizações que transmitem novos saberes às comunidades (Mueller et al., 2022). Tais saberes compreendem a dimensão humano-intelectual.

O tecido social dos territórios é um repositório de práticas que constituem uma identidade local, frequentemente manifestadas em festas populares que buscam trazer melhorias para a comunidade ou representar tradições ancestrais, representando a dimensão cultural (Carniello et al., 2022). Essas movimentações fortalecem a articulação de atores sociais, criando uma rede de interações. Esses atores são representados pela sociedade civil, organizada em associações e cooperativas, formando a dimensão social dos territórios, com o objetivo de conquistar melhorias para a comunidade e benefícios para suas produções, configurando a dimensão social da região (Rotta et al., 2022). As institucionalidades públicas e privadas se enquadram na dimensão institucional, propondo políticas, programas ou ações para o desenvolvimento regional (Gumiero et al., 2020).

2.3 Cesta de Bens e Serviços Territoriais

Denardin et al. (2022, p. 61), em seu estudo sobre a dimensão natural na abordagem territorial, indicam “a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como enfoque teórico-metodológico de orientação no processo de valorização de recursos e ativos territoriais que aportam desenvolvimento”. Na CBST, os ativos referem-se a recursos em processo de valorização no território, enquanto os recursos correspondem a fatores ainda não explorados (Cazella et al., 2020). Os recursos territoriais podem ser classificados em materiais, como jazidas minerais, florestas, solos, rios, entre outros, e imateriais, como o saber-fazer de um agricultor ou artesão, ligados à sua história e à cultura local. Os recursos e ativos ainda são classificados em específicos ou genéricos. Os elementos exclusivos do território com qualidade

diferenciada, impossíveis de serem reproduzidos em outra região, são chamados de específicos, enquanto os produtos e serviços genéricos se somam à CBST, beneficiando-se da reputação de sua diferenciação (Mollard & Pecqueur, 2007).

Concebida por Pecqueur (2001), a metodologia da CBST visa inventariar os recursos específicos de um território em prol da criação de uma oferta variada de bens e serviços diferenciada e de qualidade que priorizem, dentre outros quesitos, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural. Entre os princípios do enfoque, está o de que o desenvolvimento pode ser promovido pela articulação de pequenas iniciativas em sinergia, podendo essa articulação ser conduzida, ou não, por um produto ou serviço líder (Campagne & Pecqueur, 2014).

O referencial pauta-se na premissa de que a notoriedade e o reconhecimento de produtos e serviços diferenciais criam um imaginário social de qualidade positiva que são transmitidos para outros produtos e serviços no território. Para gerar tal especificidade em uma região, devem ser adotadas as seguintes questões norteadoras:

i) como fazer o que os demais territórios não sabem ou não podem fazer?

ii) como fazer diferente e melhor do que é feito nesses territórios? (Pecqueur, 2005).

A abordagem da CBST possui três componentes principais: os produtos e serviços de qualidade, o cenário em que está inserido (paisagem, atributos naturais, arquitetura, história e cultura) e a governança territorial. No processo de valorização dos recursos específicos territoriais é fundamental a articulação dos seus atores sociais, transformando-os em ativos. Essa rede de atores é composta por agentes associativos, públicos e privados e constituem uma governança territorial que é elemento-chave na promoção de uma CBST (Cazella et al., 2020). No tocante à valorização de recursos, Campagne e Pecqueur (2014) mencionam que a construção de uma imagem específica tem início com a priorização dos mercados locais, nos quais os consumidores reconhecem mais facilmente as qualidades inerentes à oferta.

2.3 Cesta de Bens e Serviços Territoriais

Denardin et al. (2022, p. 61), em seu estudo sobre a dimensão natural na abordagem territorial, indicam “a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como enfoque teórico-metodológico de orientação no processo de valorização de recursos e ativos territoriais que aportam desenvolvimento”. Na CBST, os ativos referem-se a recursos em processo de valorização no território, enquanto os recursos correspondem a fatores ainda não explorados (Cazella et al., 2020). Os recursos territoriais podem ser classificados em materiais, como jazidas minerais, florestas, solos, rios, entre outros, e imateriais, como o saber-fazer de um

agricultor ou artesão, ligados à sua história e à cultura local. Os recursos e ativos ainda são classificados em específicos ou genéricos. Os elementos exclusivos do território com qualidade diferenciada, impossíveis de serem reproduzidos em outra região, são chamados de específicos, enquanto os produtos e serviços genéricos se somam à CBST, beneficiando-se da reputação de sua diferenciação (Mollard & Pecqueur, 2007).

Concebida por Pecqueur (2001), a metodologia da CBST visa inventariar os recursos específicos de um território em prol da criação de uma oferta variada de bens e serviços diferenciada e de qualidade que priorizem, dentre outros quesitos, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural. Entre os princípios do enfoque, está o de que o desenvolvimento pode ser promovido pela articulação de pequenas iniciativas em sinergia, podendo essa articulação ser conduzida, ou não, por um produto ou serviço líder (Campagne & Pecqueur, 2014).

O referencial pauta-se na premissa de que a notoriedade e o reconhecimento de produtos e serviços diferenciais criam um imaginário social de qualidade positiva que são transmitidos para outros produtos e serviços no território. Para gerar tal especificidade em uma região, devem ser adotadas as seguintes questões norteadoras:

i) como fazer o que os demais territórios não sabem ou não podem fazer?

ii) como fazer diferente e melhor do que é feito nesses territórios? (Pecqueur, 2005).

A abordagem da CBST possui três componentes principais: os produtos e serviços de qualidade, o cenário em que está inserido (paisagem, atributos naturais, arquitetura, história e cultura) e a governança territorial. No processo de valorização dos recursos específicos territoriais é fundamental a articulação dos seus atores sociais, transformando-os em ativos. Essa rede de atores é composta por agentes associativos, públicos e privados e constituem uma governança territorial que é elemento-chave na promoção de uma CBST (Cazella et al., 2020). No tocante à valorização de recursos, Campagne e Pecqueur (2014) mencionam que a construção de uma imagem específica tem início com a priorização dos mercados locais, nos quais os consumidores reconhecem mais facilmente as qualidades inerentes à oferta.

2.4 Signos distintivos territoriais

Durante os últimos anos, as abordagens territoriais têm buscado a transição de uma sociedade de objetos e mercadorias para uma sociedade de signos, na qual se valida as especificidades e a identidade de um dado território, possibilitando a distinção de regiões (Dallabrida, 2023). Diversos são os territórios, inclusive os mais interioranos, com histórias individuais que podem ser enriquecidas por meio de iniciativas de atores locais bem articulados

entre si, gerando ações inovadoras que construam uma identidade local, aumentando sua atratividade (Covas et al., 2019).

Quando se trata de agricultura familiar, iniciativas que diferem das práticas mais comuns podem ser consideradas inovações, visto que suas produções têm origem de recursos específicos do território (Denardin et al., 2022). Essas dinâmicas territoriais requerem uma inovação criativa na identificação dos recursos territoriais e nos métodos pelos quais serão ativados, possibilitando, assim, a criação de uma oferta heterogênea de bens e serviços territoriais. Ao falar sobre a identificação de recursos específicos em um dado território, a intenção é promover bens e serviços diferenciados e vinculados ao território (Cazella et al., 2020).

Nesse contexto, destaca-se a importância de criar signos distintivos para as regiões, ou seja, sinais usados no mercado para identificar e diferenciar produtos, serviços, empresas, estabelecimentos, regiões ou localidades. Esses signos distintivos podem ser estabelecidos especificamente para territórios como marcas, indicações geográficas e nomes de domínio. No caso do Brasil, uma IG configura um signo distintivo estabelecido pelo reconhecimento de um produto ou serviço de uma região geográfica. Segundo Covas et al. (2019, p. 4), o signo distintivo "*representa a cultura, tradição, ou o terroir, de um território, distinguível dos demais*". Contudo, o grande desafio dos territórios se encontra em obter sua distintividade e reconhecimento de suas atividades, pois, para isso, é necessário o envolvimento do coletivo no processo de produção e beneficiamento de um produto específico (Dallabrida, 2023; Castellanos et al., 2024).

2.5 A agricultura no Rio de Janeiro

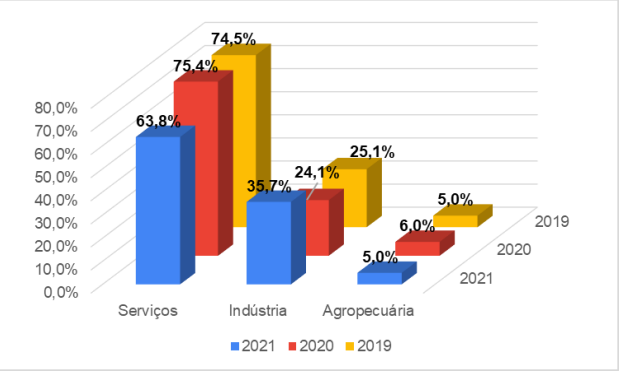
O estado do Rio de Janeiro é localizado na região sudeste do Brasil é composto por 92 municípios distribuídos em uma área territorial de 43.750,425 km² dos quais 6,5% (2.824,91 km²) são de área urbanizada. Sua população estimada é de 16.055.174 pessoas, possui um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,762 e seu índice Gini de 0,50 (Brasil, 2022).

Em relação à sua economia, possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 949,3 bilhões, representando 10,5% do PIB nacional, sendo a segunda maior economia do país, atrás apenas do estado de São Paulo, com R$ 2.720 trilhões, representando 30,2% do PIB nacional (IBGE, 2022). A região é destaque pela produção de petróleo e gás, que corresponde a 80% da produção nacional, configurando-se como a maior do Brasil (G20, 2024).

Segundo o último relatório publicado pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), denominado PIB estadual de 2020/2021, a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (VAB) a preço básico no estado do Rio de Janeiro é distribuída da seguinte forma: o setor de serviços representa 63,8%, a indústria 35,7% e a agropecuária 0,5% (CEPERJ, 2021).

O Gráfico 1 ilustra a evolução da distribuição econômica do estado no período de 2019 a 2021 (CEPERJ, 2021). Observa-se que o setor industrial ganhou maior participação na economia, obtendo um crescimento de 11,6% no período de 2019 a 2021. Enquanto isso, o setor agropecuário manteve-se estável, representando apenas 0,5% do total da economia do Rio de Janeiro.

Figura 3 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (VAB)



Fonte: Adaptado de CEPERJ (2021).

Apesar de ser a parte menor na economia do estado, sabe-se que o setor agropecuário no Brasil tem uma função importante no desenvolvimento interno visto que pode promover incremento de mão de obra, bem como produz alimentos e matérias-primas para o mercado doméstico e internacional (Buainain et al., 2018). Além disso, dentro deste contexto está inserido o segmento da agricultura familiar que produz a maior parte dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros, contribuindo também para criação de empregos, geração e distribuição de renda e a redução do êxodo rural (Guilhoto et al., 2007; Damasceno et al., 2011). Do ponto de vista quantitativo, cabe salientar que 76% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de origem da agricultura familiar que é responsável por produzir 50 % da cesta básica brasileira, destacando sua importância na economia do país (Tenchini & Freitas, 2023).

Diante do exposto, denota-se a representatividade do segmento e a sua importância como foco de estudo. Para isso, o Censo Agropecuário apresenta-se como uma relevante ferramenta, pois é uma pesquisa onde encontram-se informações do território brasileiro a respeito de estabelecimentos agropecuários e atividades agropecuárias, florestais e aquícolas neles desenvolvidas. Além disso, também disponibiliza características do produtor e de suas unidades produtivas, aspectos relacionados à economia e ao emprego no meio rural (CENSO AGROPECUÁRIO, 2024).

Nesse sentido, através do Censo Agropecuário divulgado em 2017, é possível obter informações importantes sobre o desenvolvimento da agricultura no estado do Rio de Janeiro, uma delas é explorar a quantidade produzida dos seus diversos cultivos de espécies. Contudo, ressalta-se que os dados de quantidade produzida são disponibilizados apenas para estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais, categorizando as culturas em lavoura permanente e lavoura temporária.

Figura 4 - Ranking lavoura permanente Rio de Janeiro

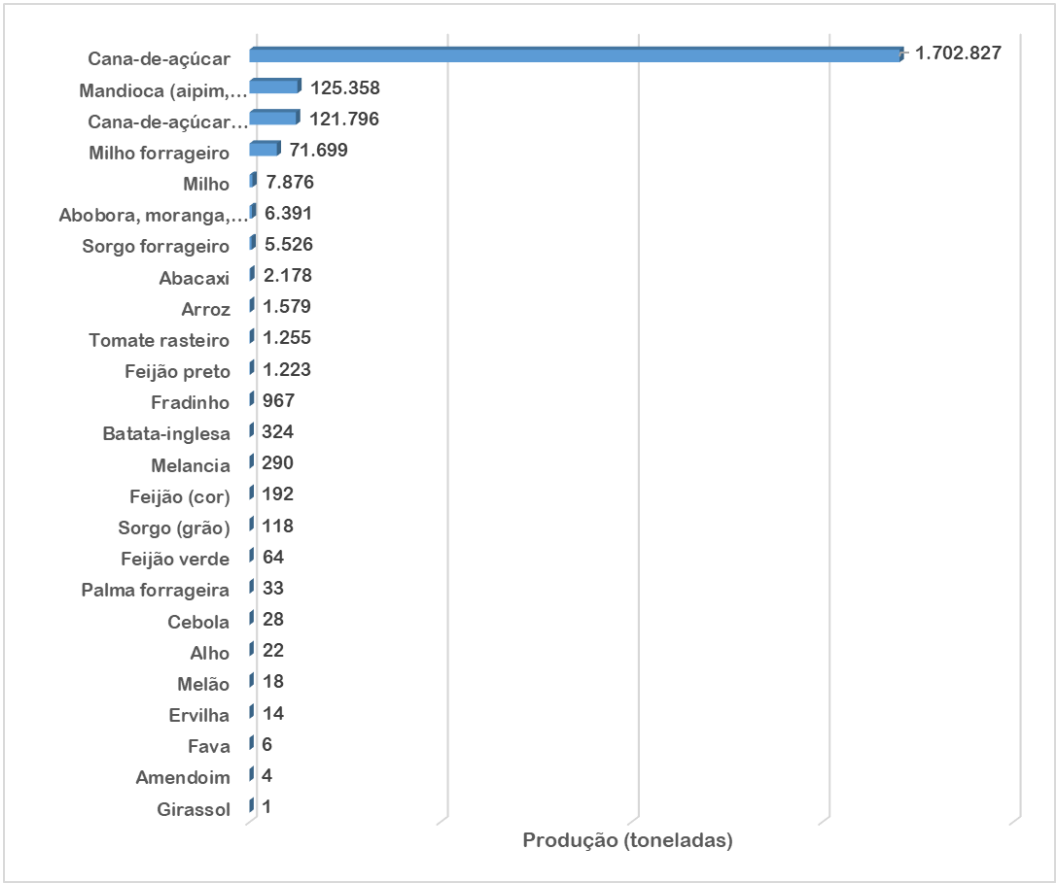


Fonte: Elaboração própria; Censo Agropecuário 2017.

Os cultivos de lavoura permanente, apresentada no Gráfico 2, refere-se a espécies que não exigem replantio após a colheita. Assim, extrai-se que as maiores produções no estado do Rio de Janeiro são das culturas de banana (60.460 toneladas), laranja (26.502 toneladas), tangerina (14.354 toneladas), coco-da-baía (14.308 toneladas) e café grão verde (arábica) (9.591 toneladas). No contexto nacional, os

estados que lideram a produção dessas culturas são: Minas Gerais para banana e tangerina, São Paulo para laranja, Bahia para coco-da-baía e Espírito Santo para café grão verde (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017).

Figura 5 - Ranking lavoura temporária Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria; Censo agropecuário 2017.

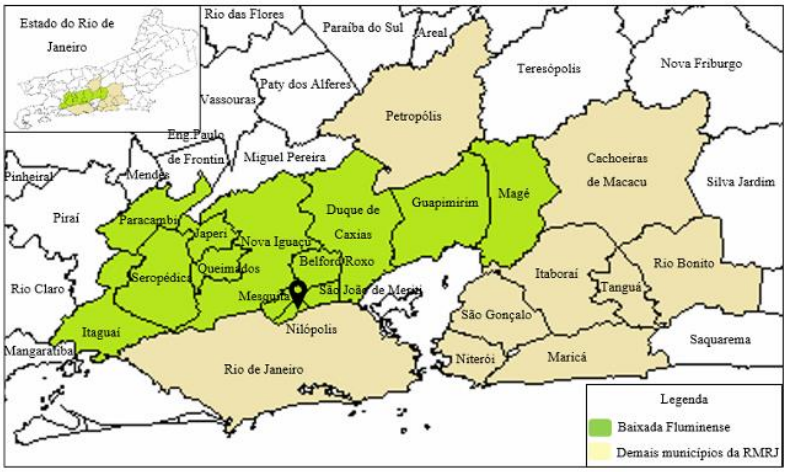
Enquanto isso, a lavoura temporária, apresentada no Gráfico 3, refere-se a culturas que precisam ser replantadas a cada colheita. Dessa forma, infere-se que as maiores produções no estado do Rio de Janeiro são: cana-de-açúcar (1.702.827 toneladas), mandioca (aipim, macaxeira) (125.358 toneladas), cana-de-açúcar forrageira (121.796 toneladas), milho forrageiro (71.699 toneladas) e milho grão (7.876 toneladas). No contexto nacional, os estados que lideram a produção dessas culturas são: São Paulo para cana-de-açúcar, Paraná para mandioca, Minas Gerais para cana-de-açúcar forrageira e milho forrageiro, e Mato Grosso do Sul para milho grão (IBGE, 2017).

De forma geral, o estado do Rio de Janeiro possui 65.224 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área total de 2.375.373 hectares. No que diz respeito ao cultivo de aipim, foco principal deste estudo, o estado conta com 10.645 estabelecimentos, representando uma porcentagem significativa dos estabelecimentos agropecuários locais, ou seja, representa 23,9% do total de estabelecimentos do estado. A área colhida totaliza 15.607 hectares, com uma produção de 125.358 toneladas, posicionando o Rio de Janeiro na 33ª colocação no ranking nacional na produção do aipim (CENSO AGROPECUÁRIO 2017, 2024).

2.6 O contexto socioeconômico da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense (BF) é uma mesorregião inserida na região metropolitana do Rio de Janeiro composta por 13 municípios, a saber: Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Seropédica, Japeri, Itaguaí, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim (Figura 1). A área territorial da Baixada Fluminense corresponde a 2.617,3 km² e é composta por 6.211.223 habitantes.

Figura 6 – Mapa da Baixada Fluminense



Fonte: Albuquerque e Ribeiro (2020)

A BF é composta por cidades periféricas e todos os seus problemas como assentamentos irregulares, ineficiência de serviços públicos, baixa oferta de empregos e problemas de violência urbana (Menezes & Mello, 2022; Menezes *et al.*, 2024). Tal fato pode ser percebido também pelos indicadores sociais divulgados pelo último Censo Demográfico em 2022 conforme apresentado no Tabela 1. Através destes dados é possível perceber as disparidades sociais existentes entre a capital do estado do Rio de

Janeiro com os municípios da BF que afetam sua qualidade de vida da população periférica.

Tabela 1 – Panorama dos municípios da Baixada Fluminense

	Área (km²)	População (habitantes)	Salário mensal de trabalhadores (salários mínimos)	População ocupada	PIB (R$)	IDHM	Mortalidade Infantil x 1000 nascimentos
Belford Roxo	78,985	483.087	1,8	9,91 %	17.156,71	0,684	15,2
Duque de Caxias	467,319	808.161	2,4	23,7%	57.170,07	0,711	15,62
Guapimirim	358,443	51.696	1,9	22,24 %	21.920,68	0,698	10,36
Itaguaí	282,606	116.841	3,1	27,99 %	76.916,73	0,715	10,42
Japeri	81,697	96.289	2,3	11,76 %	14.395,69	0,659	17,56
Magé	390,775	228.127	1,6	15,94 %	19.237,20	0,709	15,46
Mesquita	41,169	167.127	1,8	11,49 %	14.796,57	0,737	13,05
Nilópolis	19,393	146.774	1,7	15,32 %	18.782,18	0,753	24,43
Nova Iguaçu	520,581	785.867	2	15,21 %	21.559,06	0,713	16
Paracambi	190,949	41.375	1,6	20,36 %	21.902,80	0,720	2,19
Queimados	75,927	140.523	2,1	14,75 %	28.636,92	0,680	14,33
São João de Meriti	35,216	440.962	1,7	14,86 %	18.935,50	0,719	17,28
Seropédica	265,189	80.596	3,6	21,30 %	56.977,34	0,713	24,27
Rio de Janeiro	1.200,329	6.211.223	3,9	44,22 %	53.078,23	0,799	11,8

Fonte: Elaboração própria; Censo Demográfico 2022

Nesse sentido, Rezende & Sinay (2016) ressaltam a importância de iniciativas alicerçadas em métodos de pesquisas, capacitação e intervenção na mesorregião da BF a fim de melhoria das condições de sociais e econômicas de sua população.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi classificada conforme sua abordagem, objetivos e procedimentos técnicos. Também são apresentadas a técnica de coleta de dados, o procedimento de análise, o universo investigado e as limitações enfrentadas durante o método. Assim, o estudo, de natureza mista, estrutura-se a partir de abordagens qualitativa e quantitativa.

O trabalho foi realizado na área da Baixada Fluminense, com o intuito de verificar a possibilidade de obtenção da IG do aipim para região. Esse estudo abrangeu, principalmente, os municípios de Nova Iguaçu e Japeri em razão de sua forte vocação no cultivo de aipim, com destaque para os bairros de Tinguá e Jaceruba. No entanto, isso não significa que regiões limítrofes possam ter a mesma qualidade da produção de aipim por possuírem características semelhantes.

O município de Nova Iguaçu é situado na região metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade, emancipada em 1833, tem uma população de 785.867 habitantes e uma área territorial de 520,584 km² onde em uma de suas extremidades está localizado o bairro de Jaceruba, limítrofe aos municípios de Japeri e Miguel Pereira. Japeri é um município emancipado de Nova Iguaçu em 1991, com 96.289 habitantes em 81,697 km² de território (IBGE, 2022).

Rica em biodiversidade, Nova Iguaçu possui uma Áreas de Proteção Ambiental (APA), inserida no bioma da Mata Atlântica, onde parte de seu território pertence à Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá). Em sua zona rural, a região tem realizado festas com o intuito de atrair incentivos públicos voltados à melhoria das condições de vida e da produção local, destacando-se a Festa do Aipim que ocorre em Tinguá e a Festa da Banana em Jaceruba (Angelo, 2015; Sila & Angelo, 2016; Angelo & Fogaça, 2020). No caso, da Festa do Aipim, a realização do evento tem proporcionado aos produtores de Tinguá e regiões próximas o reconhecimento do cultivo de aipim e seus subprodutos, proporcionando atratividade de consumidores pela qualidade dos produtos locais (Santos et al., 2025)

Essas regiões supramencionadas mantiveram-se intocadas por modelos produtivistas extensivos. Tal condição possibilita a existência de um cenário rico com a presença de recursos específicos, saberes tradicionais e diversidade agrícola. A dinâmica territorial existente na promoção de suas festas típicas evidencia a sinergia dos atores territoriais, indicando a presença de aspectos culturais (Carniello et al., 2022) e uma organização da sociedade civil (Rotta et al., 2022) passível de serem potencializados.

Considerando ainda a forte vocação da região para o cultivo do aipim, este estudo, em sua perspectiva qualitativa, propõe a elaboração de um guia de boas práticas de IG no Brasil, com o objetivo de mensurar a possibilidade de obtenção do registro para regiões, além de servir

como um guia de orientação para a obtenção de uma IG. Após sua elaboração, o guia foi aplicado ao estudo de caso da potencial IG do aipim na BF. Na perspectiva quantitativa, realizou-se uma análise estatística das produções de aipim na região. Ambas as abordagens serão detalhadas a seguir.

3.1 Abordagem Qualitativa

Nesse estudo, a abordagem qualitativa refere-se ao trabalho de criação do guia de boas práticas para a obtenção de uma IG e à sua aplicação por meio do diagnóstico da potencial IG do aipim na BF.

3.1.1 Classificação da pesquisa

Com esse propósito, adotou-se uma pesquisa exploratória e descritiva com natureza qualitativa, buscando colher dados e compreendê-los através de percepções (Minayo, 2012) de atores envolvidos com a região de estudo. Foram utilizados os métodos da revisão bibliográfica, pesquisa documental e em fontes digitais, estudo de caso, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas.

Para Minayo (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser explicados em números, pois levaram em conta a sua subjetividade.

Em relação ao objetivo desta pesquisa, utiliza-se o método exploratório, onde busca-se proporcionar uma abordagem do problema pelo levantamento de informações e a constituição de hipóteses. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema; e c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et al., 1967, apud Gil, 2002).

Segundo Gil (2002), a classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é muito útil para o estabelecimento de seu marco teórico, ou seja, para possibilitar uma formulação conceitual. Sendo que para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para moldar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo para a pesquisa.

Segundo Yin (2018), o estudo de caso é uma estratégia metodológica que permite analisar fenômenos contemporâneos considerando o contexto em que ocorrem.

Com base nos procedimentos técnicos utilizados nesta pesquisa, ela pode ser classificada como: bibliográfica, documental e estudo de caso com pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais como livros, jornais, e artigos científicos, sendo boa parte dos estudos exploratórios oriundos de fontes deste tipo. Outro tipo de pesquisa utilizada neste trabalho, a documental, assemelha-se com à bibliográfica, porém diferencia-se pelas fontes utilizadas, valendo-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2002).

Por último, utilizou-se a pesquisa de campo que segundo Yin (2018), permite ao pesquisador explorar contextos reais e coletar dados empíricos ricos, seja por meio de observações diretas, entrevistas ou análise de documentos.

3.1.2 Técnica de coleta de dados

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de fundamentar o arcabouço teórico necessário para a obtenção dos resultados. Assim, a seção abordou os conceitos de desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, Cesta de Bens e Serviços Territoriais, signos distintivos territoriais, além da agricultura no Rio de Janeiro e do contexto socioeconômico da Baixada Fluminense.

Para a identificação dos trabalhos utilizados, foram aplicadas palavras-chave nas base de dados Scopus e Scielo: "desenvolvimento sustentável", "*sustainable development*", "abordagem territorial", "*approach territorial*", "cesta de bens e serviços territoriais", "*basket of territorial goods and services*", "signos distintivos territoriais" e "*territorial distinctive signs*".

Em um segundo momento, para a elaboração do Capítulo 4, cujo objetivo foi criar um guia de melhores práticas para a obtenção de uma IG no Brasil, o arcabouço teórico foi identificado na base de dados Scopus, utilizando-se a palavra-chave "*geographical indication*" e delimitando-se o território para o Brasil. Dessa busca, foram obtidos 166 documentos, os quais foram analisados para responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Quais são as melhores práticas sustentáveis de regiões que conseguem obter uma IG?* Assim foram selecionados 8 artigos para a elaboração do guia, informados abaixo.

- Aguiar et al., 2021; Indicação Geográfica do Cacau de Tomé-Açu Como Indutora do Desenvolvimento e da Proteção de Comunidades Locais.
- Cruz, B. E. V., & Paes, R. L. (2024). A produção de pimenta-do-reino

no estado do Pará-Brasil–relevância de uma indicação geográfica (ig) para o produto-território. Ateliê Geográfico, 18(3), 256-282.

- Pigatto, G. A. S., Brunori, G., Estival, K. G. S., Lourenzani, A. E. B. S., & de Moraes, N. R. (2022). SOCIAL INNOVATION AND HIGH-QUALITY COCOA PRODUCTION: A CASE STUDY OF THE"˜ CACAU SUL BAHIA'NETWORK. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 18(2).
- Prado, F. H., MILANO, M. Z., Dortzbach, D., Cazella, A. A., & Desconsi, C. (2022). O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. Desenvolvimento & Meio Ambiente, 59, 110-133.
- Queiroz, S. A. V. D. S., Araújo, E. D. O. M., Sales, D. C., Lucena, L. M. D., Santos, I. M. L. D., Silva, S. T. D., ... & Rangel, A. H. D. N. (2024). Characterization of the production system of artisanal cheese makers in Currais Novos, Brazil. Brazilian Journal of Food Technology, 27, e2024026.
- Rodrigues, G. C., de Mendonça, F. M., & de Lima Siqueira, P. H. (2024). POTENCIALIDADE DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: A ARTE NA PALHA DE CIPOTÂNEA. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 20(3).
- Saldanha, C. B., Silva, D. T., Martins, L. O. S., Fraga, I. D., & Silva, M. S. (2024). Sustainability of the Origin Indication of Sugar Cane Spirit from Abaíra Microregion, Bahia, Brazil Under the Aegis of the Sustainable Development Goals (SDGs). Sustainability, 16(24), 10880.
- Soares, P. B. D. (2014). As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no Mercosul: os casos da carne caprina procedente da Região Patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul.

O resultado obtido foi o "*Guia de boas práticas para obtenção de uma IG sustentável*" exposto no item 4.6, o qual foi aplicado no capítulo 5, através do estudo de caso do diagnóstico da possibilidade de uma IG do Aipim na BF. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, uma vez que permitem a flexibilização e mudanças em seu roteiro de perguntas, a fim de construir um trabalho rico em detalhes

(Guazi, 2021).

De forma secundária, foram coletadas informações em artigos de congressos, sites, redes sociais, manuais técnicos e relatórios de gestão disponibilizados pelos sujeitos entrevistados na pesquisa a fim de complementar as informações sobre a região analisada.

A pesquisa de campo foi realizada em Jaceruba e Tinguá, através do apoio da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. O primeiro momento ocorreu em 20 de abril de 2024, com visitas a propriedades rurais, empreendimentos locais, pontos históricos e cachoeiras em Jaceruba. No segundo momento, em 26 de junho de 2024, realizou-se a visita à Reserva Biológica do Tinguá, área de acesso restrito sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), onde se localizam os reservatórios e pontos de captação de água de Jaceruba, além de monumentos históricos. Também foi realizada a visita à Festa do Aipim, que ocorreu em Tinguá em 13 de julho de 2025. Ressalta-se que não houve visita à Festa da Banana em Jaceruba, pois o evento não é realizado há dois anos.

3.1.3 Procedimento de análise de dados

Para elaboração do capítulo 5, foram realizadas entrevistas abertas semiestruturadas com atores que possuíam conhecimento abrangente sobre as produções de aipim no território, além de um comerciante reconhecido no ramo da venda de aipim em Tinguá. Para preservar suas identidades, os participantes foram identificados como Entrevistado (E), seguidos por algarismos indo-arábicos. Os perfis dos cinco entrevistados são apresentados e enumerados a seguir:

- (E1) - Agrônomo e produtor rural;
- (E2) - Agrônoma e Diretora de Agricultura da Secretaria de Meio Ambiente em Nova Iguaçu;
- (E3) - Agrônoma e Assistente Técnica Perita do Juízo na área de Engenharia Agronômica;
- (E4) - Arqueólogo e Secretário Municipal de Agricultura e Pesca em Japeri; e
- (E5) - Comerciante de aipim em Belford Roxo.

O "*Guia de boas práticas para obtenção de uma IG*" conta com 24 perguntas, cujas respostas submetidas à análise qualitativa. Para o tratamento dos dados, adotou-se

o método de análise de conteúdo, empregado na sistematização de informações qualitativas e na produção de interpretações científicas (Bardin, 1977).

É oportuno informar que, ao longo da apresentação dos resultados, foram destacadas percepções consideradas valiosas para o estudo, cujos trechos das falas foram grifados em itálico.

3.1.5 Limitações da pesquisa

A presente pesquisa limitou-se a entrevistar atores de Nova Iguaçu e Japeri, territórios amplamente reconhecidos pela qualidade do aipim como sabor, textura e tempo de cozimento. Além disso, foram as regiões que obteve-se retorno dos entrevistados. Contudo, durante a pesquisa constatou-se que regiões limítrofes a estes municípios podem apresentar mesmas características no cultivo do produto específico, evidenciando a necessidade de investigação futura.

O acesso às informações necessárias para a pesquisa, em sua totalidade, foi difícil, pois não há um órgão responsável por reunir todos os dados necessários à obtenção de uma IG, por exemplo. As informações encontram-se dispersas, e sua articulação funciona como uma espécie de quebra-cabeça. Essa dificuldade reflete a forma como a organização do território ocorre, marcada predominantemente por iniciativas individuais, o que torna mais complexo o acesso às informações de maneira integrada.

3.2 Abordagem Quantitativa

A pesquisa utilizou técnicas estatísticas para análise dos dados coletados do Censo Agropecuário de 2017 conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para isso, foram coletadas, dos 92 municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro, a área de estabelecimentos agropecuários em hectares e a produção de mandioca (aipim, macaxeira) em toneladas. Os dados foram tabulados em uma planilha do Excel para realização das análises estatísticas que ocorreram em duas fases: estatística descritiva e teste de hipótese.

Como parte integrante do processo de investigação quantitativa foi utilizado o *software* estatístico Jamovi versão 2.3.28, uma ferramenta gratuita que tem ganhado aderência da comunidade acadêmica pois possui variadas funções estatísticas (Santos, 2024). O programa é compatível com dados csv, RData, dta, e sav, e é capaz de realizar as análises de variáveis simples e múltiplas. Algumas delas são estatísticas descritivas,

testes t, ANOVA, ANCOVA, MANCOVA, regressão linear e logística, análise exploratória e confirmatória de factores, e testes não paramétricos (Şahin & Aybek, 2019).

3.2.1 Estatística descritiva

Inicialmente, realizou-se a estatística descritiva através da comparação das produções de aipim nas regiões do estado do Rio de Janeiro (Figura 5), a saber: Baixada Fluminense, Metropolitana, Centro-Sul Fluminense, Serrana, Costa Verde, Médio Paraíba, Baixadas Litorâneas, Noroeste Fluminense e Norte Fluminense.

É oportuno destacar que a BF encontra-se inserida na região metropolitana do estado, portanto ocorreu sua subdivisão. Assim, a região metropolitana compôs apenas os municípios de Niterói, Itaboraí, Tanguá, Maricá, Rio Bonito, São Gonçalo e Cachoeiras de Macacu, enquanto que as demais cidades corresponderam à Baixada Fluminense (Figura 1).

Figura 7 - Mapa regiões do estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ, 2014

3.2.2 Teste de hipótese

Em um segundo momento, realizou-se o Teste de Hipótese, contudo para sua realização são permitidos apenas dois níveis de variável de agrupamento. Portanto,

foram estabelecidos dois grupos, o “IG” contemplando os municípios da Baixada Fluminense e para os demais municípios o grupo denominado “SIG”.

Assim, a seguir é apresentada a hipótese que será verificada neste estudo, utilizando-se um intervalo de confiança de 95%.

- **Hipótese Nula (H_0):** A média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é igual à média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro.
- **Hipótese Alternativa (H_1):** A média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é diferente da média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro.

Para analisar as médias de produção de aipim entre os grupos IG e SIG, foi aplicado o teste T de Student para amostras independentes, comparando as médias aritméticas das duas amostras e complementado com análise gráfica (Şahin & Aybek, 2019). Além disso, os pressupostos foram verificados para garantir a validade do teste, utilizando o teste de Levene e o teste de Shapiro-Wilk, que examina a normalidade e testa a hipótese nula de que a população segue uma distribuição normal (Shapiro & Wilk, 1965; Shapiro & Francia, 1972). Por fim, aplicou-se o teste de Mann-Whitney para avaliar a mediana dos dados não paramétricos.

4. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA OBTENÇÃO DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo identificar as melhores práticas adotadas por regiões que obtêm uma IG. Para isso, iniciou-se com um breve histórico, conceituação e marcos legais da indicação geográfica no Brasil, bem como apresentou-se quais são os requisitos necessários para obtenção do registro, sua funcionalidade de ferramenta para o Desenvolvimento Territorial Sustentável e principais desafios na conquista do registro.

Por fim, identificaram-se as melhores práticas adotadas pelos territórios que conquistaram o registro, sistematizando-as nos eixos: qualidade, diferenciação, inovação social, valorização territorial, capacitação, organização e comunicação. Esse processo resultou no Guia de Boas Práticas para a Obtenção de uma IG. Esse documento pode ser utilizado tanto para verificar se um território já desenvolve práticas que o habilitem a pleitear o registro quanto para orientá-lo ao longo desse processo.

4.1 Histórico, conceituação e marcos legais das indicações geográficas

O conceito de Indicação Geográfica foi construído ao longo da história da humanidade, à medida que diversos produtos passaram a ser identificados pelo nome da região onde eram produzidos, estabelecendo uma relação direta entre o território e sua reputação. A partir desse reconhecimento, tornou-se necessária a proteção legal dessas produções originárias de áreas específicas, que apresentavam qualidades particulares atribuíveis à sua procedência. A valorização comercial desses produtos acabou por desencadear práticas fraudulentas, como a utilização indevida de nomes geográficos por produtores de outras localidades (Silva et al., 2016).

Tais práticas estimularam a criação de mecanismos formais de proteção, concebendo a primeira Indicação Geográfica reconhecida oficialmente no mundo, e considerada a mais próxima das normas vigentes. Esse foi o caso do vinho do Porto, tradicional produto português originário da região do Porto. No final do século XVIII, o Marquês de Pombal instituiu a proteção da denominação “Porto” com o objetivo de coibir o uso indevido do nome, especialmente por comerciantes ingleses que buscavam se beneficiar da reputação do produto (Silva et al., 2016; OMPI, 2022).

No Brasil, a primeira Indicação Geográfica registrada foi concedida em 2002 ao Vale dos Vinhedos, inicialmente como Indicação de Procedência e posteriormente transformada em Denominação de Origem em 2012. Ressalta-se que, embora atualmente existam 120 IPs e 41 Dos (10 estrangeiras) = 151 registradas no país (SEBRAE, 2024), esse número ainda é

considerado irrisório quando comparado ao cenário da União Europeia (Valente et al., 2012).

No contexto brasileiro, a proteção das IGs tem como finalidade valorizar os territórios e seus produtos, associando-os ao local de origem e garantindo defesa contra falsificações. Trata-se de um selo de certificação que reconhece e resguarda produtos e serviços dotados de características únicas decorrentes de sua procedência geográfica. Essa proteção é estabelecida pela Lei da Propriedade Industrial (LPI), Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que em seus artigos de 176 a 182 regulamentam direitos e obrigações relacionados à propriedade industrial. Enquanto que o órgão responsável pelo registro, análise e regulamentação das IGs é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (OMPI, 2022).

A legislação brasileira, por meio da LPI, estabelece duas espécies de registros dentro do sistema de IGs: a **Indicação de Procedência (IP)** e a **Denominação de Origem (DO)**. A IP refere-se ao nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade que tenha se tornado reconhecido como centro tradicional de extração, produção, fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Essa modalidade protege e certifica regiões que adquiriram reputação consolidada em função de uma atividade produtiva específica, socialmente reconhecida ao longo do tempo. Sua essência está na notoriedade do local e na associação construída entre o território e determinada prática produtiva (INPI, 2025).

A Denominação de Origem vai além do reconhecimento público da região e concentra-se na influência direta do meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos que configuram qualidades e características de um produto ou serviço. Ela exige que tais características sejam exclusivas ou essencialmente decorrentes das condições geográficas locais, certificando a singularidade resultante da interação entre ambiente, saber-fazer e tradição. Dessa forma, enquanto a Indicação de Procedência destaca a reputação construída pelo território, a Denominação de Origem reconhece a influência determinante do meio geográfico sobre o que é produzido, reforçando a identidade e autenticidade desses produtos ou serviços (INPI, 2025).

4.2 Requisitos para obtenção de uma IG

Esta seção tem como finalidade apresentar os elementos essenciais para a obtenção de uma IG, destacando os principais aspectos que devem ser considerados ao realizar pesquisas sobre o tema. Para isso, consultou-se o *Manual de Indicações Geográficas*, disponibilizado em formato digital pelo INPI, no qual se encontram diretrizes e orientações detalhadas sobre o processo de reconhecimento (INPI, 2025).

Primeiramente, é importante esclarecer que a IG não pertence a uma única empresa ou a produtores específicos (Valente et al., 2012). De acordo com o manual, podem requerer o

registro de uma IG, desde que cumpram integralmente o Caderno de Especificações Técnicas. Os atores são: o substituto processual, o único produtor ou prestador de serviço, e o requerente estrangeiro.

- **Substituto processual:** cooperativas, associações, sindicatos, federações, confederações e demais entidades representativas da coletividade que, por força de lei específica, estejam aptas a atuar nessa condição.
- **Único produtor:** o produtor ou prestador de serviço único existente no local, desde que detentor da legitimidade para utilizar o sinal, poderá solicitar o registro.
- **Requerente estrangeiro:** o registro de uma IG estrangeira já reconhecida em seu país de origem, ou por entidades ou organismos internacionais competentes, deve ser solicitado pelo requerente legitimado daquela indicação geográfica.

A seguir apresenta-se a relação de documentos necessários para o depósito do pedido de registro de Indicação Geográfica junto ao INPI.

i. Caderno de especificações técnicas
ii. Procuração
iii. Comprovação da legitimidade do requerente
iv. Documentos que comprovem que o nome geográfico se tornou conhecido, no caso de IP
v. Documentos que comprovem a influência do meio geográfico nas qualidades ou características do produto ou serviço, no caso de DO
vi. Instrumento oficial que delimita a área geográfica
vii. Representação da IG

Existem fatores essenciais para a obtenção de uma IG, entre os quais se destacam as peculiaridades dos elementos naturais, como o solo, o clima e o relevo. Também se evidenciam fatores humanos, como o saber-fazer, a tradição e a cultura associados à cadeia produtiva — expressões de uma estratégia produtiva fundamentada nas identidades territoriais (Valente *et al.*, 2012).

Por isso, nesta pesquisa serão abordados os documentos considerados essenciais para o diagnóstico da potencialidade de obtenção de uma Indicação Geográfica, são eles: o Caderno de Especificações Técnicas; os documentos que comprovem que o nome geográfico se tornou conhecido, no caso de IP; e os documentos que comprovem a influência do meio geográfico nas qualidades ou características do produto ou serviço, no caso de DO.

O Caderno de Especificações Técnicas é um documento norteador da IG e fundamental que reflita a realidade e as características da IG a ser protegida. Os requisitos mínimos que devem constar no caderno são:

1. Nome geográfico;
2. Descrição do produto ou serviço objeto da IG;
3. Delimitação da área geográfica;
4. Descrição do processo de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço, para pedidos de registro de IP;
5. Descrição das qualidades ou características do produto ou serviço que se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, e seu processo de obtenção ou prestação, para pedidos de registro de DO;
6. Descrição do mecanismo de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso da IG, bem como sobre o produto ou serviço;
7. Condições e proibições de uso da IG; e
8. Eventuais sanções aplicáveis.

Os documentos exigidos para comprovar uma IP, item 4, devem demonstrar que o nome geográfico adquiriu notoriedade como centro de extração, produção, fabricação do produto ou de prestação do serviço. Essa comprovação deve ser construída com base nas fontes provenientes de autores e suportes diversos, como: obras literárias — livros, coletâneas e enciclopédias —, produções artísticas — músicas, pinturas e ilustrações —, e obras científicas — artigos, trabalhos acadêmicos e pesquisas publicadas em meios distintos. Ou, são válidas também reportagens e matérias publicadas em jornais, revistas e sites, conteúdo veiculados por rádio ou televisão, além de registros iconográficos, como fotografias, rótulos e anúncios. Esse conjunto de evidências contribui para demonstrar que o nome geográfico realmente se consolidou como referência na atividade associada à IG (INPI, 2025).

Por outro lado, para comprovar a influência do meio geográfico nas qualidades ou características do produto ou serviço, no caso de uma DO, item 5, devem demonstrar como os fatores naturais e humanos do território se relacionam diretamente com os atributos que distinguem aquele produto ou serviço. Com essa finalidade, podem ser anexados diversos tipos de materiais, como teses, dissertações, estudos técnicos, artigos acadêmicos e científicos, entre outros que reforcem a comprovação da singularidade decorrente do território. Esses documentos precisam apresentar três elementos fundamentais (INPI, 2025):

- A descrição detalhada do meio geográfico, abrangendo seus aspectos naturais e humanos;
- A caracterização das qualidades ou características específicas do produto ou serviço; e
- A explicação do nexo causal entre o meio geográfico e essas qualidades, evidenciando a relação de causa e efeito que justifica a vinculação territorial.

4.3 A IG como ferramenta de Desenvolvimento Territorial Sustentável

No Brasil, as IGs não constituem uma certificação, mas sim um signo distintivo de caráter declaratório que associa um produto ou serviço de notoriedade e reputação a um território específico. Assim, a IG não desempenha um papel técnico, mas funciona como um instrumento de proteção e diferenciação no mercado, servindo como indicador de qualidade e de origem (Cruz et al., 2024). Por esse motivo, as IG têm sido frequentemente vinculadas às discussões sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, configurando-se como uma das formas de especificação de recursos (Dallabrida, 2023).

Quando determinado grupo social desenvolve uma vantagem diferenciadora para seu território, estabelece-se o que se denomina ancoragem territorial. Nessa perspectiva, no Desenvolvimento Territorial, ocorrem processos de especificação e valorização de recursos com objetivo de torná-los em ativos territoriais. Os ativos correspondem a fatores já mobilizados, os recursos representam fatores ainda a serem explorados, organizados ou revelados. Tais recursos e ativos são classificados em genéricos, quando sua transferência para outros contextos é fácil, e específicos, quando seu uso é fortemente vinculado a um território. A especificação desses elementos delimita quem pode exercer controle efetivo sobre seu uso. Nessa lógica, as IG constituem formas de especificação, qualificação e diferenciação territorial (Pecqueur, 2005).

A obtenção de uma IG contribui para o desenvolvimento de áreas rurais desfavorecidas, gerando empregos, estimulando o turismo e permitindo a diversificação da produção. Mas também pode excluir produtores e consumidores que não preencham os requisitos estabelecidos pelo Caderno de Especificações Técnicas. Apesar disso, a IG consolida o reconhecimento de produtos ou serviços como originários de determinado lugar em função de sua história, cultura, reputação e constância, tornando-se uma ferramenta importante para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (Valente et al., 2012). Diversos são os territórios com sua própria identidade, sendo necessárias estratégias voltadas ao seu desenvolvimento que considerem sua realidade específica, incluindo a rede de atores locais, recursos naturais, infraestrutura disponível, capital social e humano, capacidade empreendedora, vocações e oportunidades

(Velloso, 2008).

Experiências práticas demonstram que a implementação de uma IG agrega valor à atividade produtiva, incentiva investimentos, amplia a participação dos produtores na cadeia comercial, aprimora a formação técnica dos envolvidos, eleva a qualidade dos produtos cujo processo produtivo passa a ser rigorosamente controlado, preserva suas características e impulsiona atividades associadas, como o enoturismo. Do ponto de vista mercadológico, a IG aumenta o valor agregado dos produtos, cria uma referência para os consumidores quanto à qualidade e características específicas e facilita o posicionamento das empresas conforme a reputação territorial. Em termos de proteção legal, oferece mecanismos para coibir fraudes e o uso indevido da indicação (Vieira et al., 2025).

O selo de IG também facilita a inserção no mercado de produtos característicos, que tendem a sofrer menos concorrência de itens de menor preço e qualidade, além de promover maior estabilidade na demanda e fortalecer a confiança do consumidor (Valente et al., 2012). Uma pesquisa sobre a percepção dos consumidores brasileiros acerca das IG e sua disposição a pagar por esse atributo demonstra que a maioria entende a IG como indicativa de qualidade e como uma ferramenta de comercialização. Ademais, os consumidores valorizam produtos diferenciados e demonstram disposição em pagar preços mais elevados por eles (Brandão et al., 2012).

4.4 Desafios na obtenção de uma IG

Entre os principais problemas identificados na implantação de uma IG, destacam-se: o baixo grau de organização dos produtores; as assimetrias na distribuição de renda e de valor agregado ao longo da cadeia produtiva; o reduzido protagonismo dos produtores de matéria-prima em comparação aos estabelecimentos de processamento; as restrições excessivas de alguns regulamentos; as dificuldades de adequação dos agricultores familiares à legislação; o baixo nível de elaboração dos produtos; e a falta de canais de comercialização (Soares, 2014). Soma-se a isso o fato de que muitos produtores enfrentam obstáculos para atender às exigências dos órgãos de fiscalização, decorrentes do desconhecimento da legislação específica — como no caso dos queijos artesanais —, bem como da falta de capital e de capacitação (Queiroz et al., 2024).

A IG do cacau de Tomé-Açú, por exemplo, foi resultado de um longo processo, iniciado com os primeiros estudos em 2012, seguido do depósito do pedido em 2014 e culminando com o reconhecimento oficial em janeiro de 2019, totalizando sete anos de trabalho contínuo (Aguiar et al., 2021). Marins e Cabral (2015) afirmam que a obtenção de uma IG demanda um volume

expressivo de pesquisa e elevada cooperação institucional.

Observou-se que projetos de Indicação Geográfica que não emergem genuinamente dos agricultores e produtores rurais, enquanto coletividade, tendem a apresentar baixa adesão como ocorreu no caso da IG “Cacau de Tomé-Açu”. A implementação de uma IG não deve ser conduzida de forma isolada ou restrita, pois se trata de um processo essencialmente coletivo e participativo. Nesse contexto, é fundamental que os atores locais como produtores, transformadores da matéria-prima, comerciantes, agentes do turismo e demais integrantes da cadeia produtiva, desempenhem papéis de protagonismo. A participação representativa dos diversos segmentos do território é indispensável para a construção de uma IG sólida, legitimada e com potencial de sustentabilidade (Aguiar et al., 2021)

Nessa experiência, evidencia-se a necessidade de estruturar etapas pós-reconhecimento. Além disso, a maioria dos agricultores e produtores rurais não possui condições econômicas para estruturar suas propriedades de forma a atender aos padrões exigidos para o processamento das amêndoas de cacau. Para isso, salienta-se a importância de entidades financiadoras (Aguiar et al., 2021).

Outro desafio identificado diz respeito à agregação de valor decorrente da obtenção de uma Indicação Geográfica. No caso da Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, observa-se que a IG ainda não gerou impacto direto significativo em termos de agregação de valor para os produtores rurais do território. Os autores destacam que um dos principais objetivos que motivaram a criação da APROPAMPA foi alcançar maior valor agregado aos produtos, o que não foi plenamente atingido (Froehlich et al., 2017).

4.5 Boas práticas na obtenção de uma IG sustentável

Nesta seção foi sistematizada por eixos contento as melhores práticas adotadas por territórios brasileiros que obtiveram o registro de uma IG, conforme identificado na literatura através da seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as melhores práticas sustentáveis de regiões que conseguem obter uma IG?

Os estudos foram selecionados por meio das palavras-chave “geographical indication”, delimitando-se o território ao Brasil na base de dados Scopus. Os artigos encontrados foram analisados e selecionados aqueles que respondessem à seguinte pergunta de pesquisa. Assim, foram utilizadas, na presente pesquisa, práticas sustentáveis adotadas nas IGs do Cacau Sul da Bahia, Cacau de Tomé-Açu, Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense, Cachaça de Abaíra e Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.

Tais práticas foram estruturadas nos tópicos: qualidade, diferenciação, inovação social,

valorização territorial, capacitação, organização, comunicação e metodologia.

4.5.1 Qualidade

Uma IG se sustenta pela sua qualidade e para isso é interessante incorporar inovações às atividades. No que se refere aos desafios produtivos, a adoção de novas tecnologias e a transformação dos sistemas de cultivo são fundamentais para reduzir a dependência exclusiva dos produtores em relação à renda gerada por um único produto. É preciso buscar e testar formas de produção que tornem o cultivo menos oneroso e mais produtivo. Nesse contexto, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) se destacam como uma experiência exemplar. Esses sistemas permitem o reaproveitamento de áreas antigas e o cultivo de novas espécies, utilizando os espaços entre os cultivos para o plantio de culturas sombreadas em um regime colaborativo (Cruz et al., 2024).

Um exemplo é a IG "Cacau Sul da Bahia", que implantou o sistema agroflorestal conhecido como Cabruca, combinando o cultivo de cacau com a preservação da Mata Atlântica, promovendo sustentabilidade e biodiversidade. A região também se destaca pela produção de cacau orgânico certificado, com redução do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, além da adoção de práticas de manejo sustentável, como controle biológico de pragas e diminuição de custos com insumos (Pigatto et al., 2022).

De modo semelhante, a IG "Cacau de Tomé-Açu" adota sistemas produtivos estruturados em culturas consorciadas, amplamente conhecidos como Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu (SAFTA). A marca "SAFTA" já se encontra registrada no INPI. Segundo os produtores locais, a diversidade de culturas proporciona maior segurança financeira, pois, se uma delas apresenta falhas, as demais garantem a sustentação econômica (Aguiar et al., 2021).

Nesse sentido, a assistência técnica é essencial. Em qualquer tipo de cultivo, os saberes tradicional e científico devem caminhar lado a lado, complementando-se mutuamente. O produtor precisa estar aberto às inovações, enquanto o Estado, por meio de suas instituições, deve acompanhar de perto o setor, promovendo políticas públicas, parcerias e projetos específicos voltados à cadeia produtiva. Outro ponto fundamental é o investimento na agroindustrialização, superando a herança de industrialização tardia do país, cuja estrutura comercial ainda se baseia predominantemente na exportação de commodities *in natura* e na importação de produtos industrializados (Cruz et al., 2024).

Também se destaca a necessidade de ampliar investimentos em controle de qualidade, boas práticas e capacitação, fortalecendo a base produtiva local. Produtores da IG "Aguardente de Abaíra" ressaltam a importância de investir em treinamento, manejo do solo, melhoria da matéria-prima e adoção de critérios de qualidade (Saldanha et al., 2024).

No caso da IG “Cacau do Sul da Bahia”, o processo permitiu a criação de diretrizes de certificação e boas práticas ambientais, publicadas em 2011 pelo Instituto de Gestão e Certificação Florestal e Agrícola e pelo Instituto Cabruca. Além disso, houve avanços na gestão da qualidade em toda a cadeia produtiva, em grandes e em pequenas propriedades, com a definição de critérios de qualidade e rastreabilidade para o cacau e o chocolate produzidos na região (Pigatto et al., 2022).

4.5.2 Diferenciação

A valorização dos produtos oriundos de uma Indicação Geográfica também se apoia em sua capacidade de diferenciação. Um recurso genérico é de uso comum e livre, sem qualquer identificação específica. No entanto, quando esse recurso é transformado em um ativo territorial, ou seja, em um ativo específico, seu uso passa a ser restrito aos atores que detêm legitimamente o controle do processo produtivo e, por consequência, da sua comercialização (Pecqueur, 2005; Cruz et al., 2024). Assim, uma IG deve fundamentar-se na capacidade de fazer diferente ou melhor do que outros territórios (Cazella et al., 2020).

No caso da IG “Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense”, a erva-mate nativa ou sombreada, cultivada sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos, apresenta características sensoriais distintas, destacando-se por um sabor mais suave em comparação às ervas produzidas sob outros tipos de manejo. De acordo com os atores locais entrevistados, essa qualidade diferenciada se traduz em maior valorização do produto ao longo de toda a cadeia, desde o preço pago ao produtor até o valor final de comercialização, podendo alcançar um acréscimo de até 30%. Além disso, a história, tradição e cultura local, trazem características singulares distinguindo a erva-mate do Planalto Norte Catarinense de outros territórios (Prado et al., 2022).

4.5.3 Inovação Social

A inovação tecnológica e social desempenha papel central no fortalecimento das IGs, especialmente quando promove a integração entre o conhecimento técnico e o saber social, configurando uma verdadeira inovação sociotécnica. Esse processo se concretiza por meio da criação e da disseminação de novas tecnologias, resultantes da interação contínua entre agricultores e instituições de pesquisa. Também envolve o estímulo à produção de bens com maior valor agregado, como exemplifica a produção de chocolates no modelo *bean-to-bar* (do grão à barra) que ocorre no Sul da Bahia. Neste modelo, todas as etapas, desde a seleção do

cacau (bean) até a fabricação da barra de chocolate (bar), são realizadas pelo mesmo produtor ou empresa. Além disso, investimentos em pesquisas participativas, que incluem a colaboração de comunidades quilombolas, povos indígenas e assentamentos rurais, reforçam a construção coletiva de soluções e fortalecem a identidade territorial (Pigatto et al., 2022).

A inovação, por meio da criação de novos produtos que agregam ainda mais valor à matéria-prima, constitui um dos elementos centrais para que a IG amplie sua capacidade de articular outros bens e serviços, promovendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios no território. Nesse sentido, a partir da IG "Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense", a erva-mate tem sido incorporada às indústrias alimentícia, farmacêutica e cosmética. No setor alimentício, ela tem servido como base para o desenvolvimento de diversos produtos, como geleias, pães, bolos, pudins, sobremesas, sucos, drinks, corantes e conservantes naturais, cervejas, biscoitos, sorvetes e licores. Um exemplo notável de inovação é o de uma ervateira que passou a produzir picolés à base de erva-mate, os quais vêm apresentando grande aceitação no mercado local (Prado et al., 2022).

4.5.4 Valorização Territorial

A valorização territorial constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento de uma IG, pois envolve a integração entre tradição, identidade e práticas produtivas específicas. As tradições transmitidas entre gerações contribuem de maneira significativa para a consolidação de uma IG, já que revelam a continuidade de saberes e costumes que caracterizam determinado território (Soares, 2014).

No dossiê histórico da IG "Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional", encaminhado ao INPI, observa-se que, mesmo com a incorporação de avanços tecnológicos ao longo do tempo, preservam-se práticas herdadas dos antigos homens da campanha, como o respeito pelo animal e pela terra. Esses costumes, profundamente enraizados na cultura local, tornaram-se elementos decisivos para a produção certificada atual, revelando a força histórica e identitária que sustenta essa IG (Soares, 2014).

Algo semelhante ocorreu com a IG "Cacau Sul da Bahia", onde houve uma preocupação central em resgatar a identidade territorial associada à produção cacaueira. Esse movimento reforçou o sentimento de pertencimento entre os produtores e valorizou a origem do produto. A região passou a investir em iniciativas de ecoturismo e turismo rural, fortalecendo a relação entre pessoas, natureza e cultura local. Ao mesmo tempo, buscou-se promover a revalorização

cultural e histórica do território, articulada com políticas públicas direcionadas ao fortalecimento do trabalho decente, da educação e da renda dos produtores, criando um ambiente mais favorável ao desenvolvimento territorial (Pigatto et al., 2022).

Em Tomé-Açu, a IG "Cacau de Tomé-Açú" tem sido compreendida como uma oportunidade estratégica para impulsionar o desenvolvimento local. A expectativa é de que ela contribua especialmente para o fortalecimento da "Rota da Imigração Japonesa", um projeto turístico que destaca a memória e a contribuição da comunidade japonesa no município. A IG, nesse caso, amplia as possibilidades de integração entre agricultura, identidade cultural e turismo, favorecendo a dinamização econômica e social do território (Aguiar et al., 2021).

As festas locais e os eventos culturais também exercem papel relevante na valorização territorial, pois celebram a música, a gastronomia e os produtos típicos da região. A IG "Aguardente de Abaíra", por exemplo, tornou-se um símbolo cultural graças às tradicionais Festas da Cachaça, iniciadas em 1987, que conferiram notoriedade ao produto e estimularam o reconhecimento institucional de sua qualidade (Saldanha et al., 2024). No Sul da Bahia, IG Cacau Sul da Bahia", festivais como o Festival Internacional do Chocolate e Cacau e o Seminário Florestas de Chocolate cumprem uma função semelhante, ao divulgar o produto, fortalecer a imagem do território e integrar os diferentes elos da cadeia produtiva (Pigatto et al., 2022).

Dessa forma, a valorização territorial no contexto das IGs revela-se um processo dinâmico e multifacetado, que articula tradição, cultura, turismo, identidade e desenvolvimento, reforçando a ligação profunda entre o produto e o território que o origina.

4.5.5 Capacitação

Também se destacam como boas práticas as ações voltadas à capacitação de produtores e ao incentivo ao empreendedorismo. No caso da IG "Cacau Sul da Bahia", observa-se a criação de cursos técnicos, de graduação e de especialização direcionados à produção de cacau e chocolate, fortalecendo a formação profissional dentro do próprio território. Além disso, iniciativas voltadas ao engajamento de jovens e mulheres rurais em programas de qualificação, incubação e aceleração de negócios têm ampliado a participação desses grupos na dinâmica produtiva local. Tais medidas contribuem para o desenvolvimento do espírito empreendedor e para o avanço da inovação social, especialmente em áreas como o turismo rural e a agroindústria de chocolate artesanal (Pigatto, 2022).

4.5.6 Organização

Para a obtenção de uma IG, é necessária a articulação dos atores locais, o que torna essencial a organização desses grupos. Nesse contexto, cooperativas e associações têm demonstrado êxito na estruturação de seus setores produtivos, podendo servir de referência para produtores (Cruz et al., 2024).

As cooperativas desempenham o papel de absorver toda a produção de seus cooperados e realizar a comercialização dos produtos, eliminando a figura do atravessador e garantindo aos produtores maior autonomia tanto na produção quanto na venda (Cruz et al., 2024). Em muitos casos, essas organizações conseguem adquirir seus primeiros equipamentos por meio de financiamentos ou do apoio de instituições públicas, por intermédio de políticas públicas. Foi o que ocorreu no estado da Bahia com a sua IG — "Aguardente de Abaíra" — cujo processo de organização coletiva dos produtores teve início a partir de um financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste (Saldanha et al., 2024).

O estado do Pará conquistou sua primeira Indicação Geográfica — o "Cacau de Tomé-Açu" — graças ao trabalho conjunto entre produtores cooperados e às parcerias estabelecidas com os setores público e privado. Pesquisas científicas também desempenharam papel essencial ao oferecer suporte teórico-metodológico para a compreensão da relevância da IG (Cruz et al., 2024). Destaca-se, ainda, a participação fundamental do governo japonês, que financiou as despesas relacionadas ao processo por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão, além de fornecer consultoria e apoio na revisão da documentação exigida pelo INPI, com a colaboração da Universidade de Agricultura e Tecnologia de Tóquio. O SEBRAE igualmente contribuiu de forma significativa para a concretização do projeto da IG (Aguiar et al., 2021).

No caso da IG "Cacau Sul da Bahia", o processo também foi impulsionado pela criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores, com o objetivo de ampliar a capacidade de articulação e comercialização. Além disso, constituiu-se a Rede Cacau Sul Bahia (CSBA), que integra produtores, cooperativas e instituições públicas e privadas em torno da melhoria da qualidade e da valorização territorial. Foram estabelecidas parcerias com universidades e entidades de apoio, como SEBRAE, SENAI, UESC e Instituto Arapyaú, visando à qualificação técnica e à profissionalização dos produtores. Também foram criados espaços de diálogo e tomada de decisão conjunta, como a Câmara da Cadeia Produtiva do Cacau, que reúne representantes dos setores público e privado (Pigatto et al., 2022).

No Planalto Norte Catarinense (PNC), foi criada a Associação dos Produtores de Erva-Mate do PNC (Aspromate), com a finalidade de integrar produtores de erva-mate, ervateiros,

associações, empresas, cultivadores e preparadores de sementes e mudas, além de outras entidades vinculadas à cadeia produtiva, em prol do fortalecimento da atividade ervateira. Apesar dessa articulação, o processo de construção da IG no PNC foi iniciado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a partir da percepção empírica da notoriedade da erva-mate produzida no território, posteriormente confirmada por estudos técnicos. A empresa pública estadual fomentou, por meio de políticas de gestão territorial, o engajamento de diversos atores da cadeia produtiva, evidenciando os benefícios associados à obtenção da IG para o DTS (Prado et al., 2022).

Nesse contexto de agentes impulsionadores de uma Indicação Geográfica, destacam-se o SEBRAE e a Embrapa. O SEBRAE, já desvinculado do governo federal, passou a dar seus primeiros passos no apoio a pequenos empreendimentos e cooperativas em expansão nas regiões produtoras, contribuindo para a organização inicial e para a articulação de produtores até então bastante isolados (Queiroz et al., 2024). A Embrapa, por sua vez, é uma das principais instituições públicas de pesquisa do país. Criada em abril de 1973 e vinculada ao Ministério da Agricultura, tem como missão a realização de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a transferência das tecnologias desenvolvidas internamente, desempenhando papel central no avanço da inovação agrícola no Brasil (Vieira et al., 2017).

4.5.7 Comunicação

A comunicação desempenha papel essencial na manutenção da governança e na articulação entre os atores envolvidos. Na experiência da IG “Cacau Sul da Bahia”, esse processo tem sido fortalecido por meio da realização de fóruns e seminários de integração, como o *Seminário Florestas de Chocolate* e a *I Jornada de Saberes do Cacau: da Árvore ao Chocolate*. Além desses encontros, práticas como reuniões mensais e a elaboração de relatórios compartilhados contribuem para aprimorar a governança e reforçar a integração entre os membros da cadeia. O uso de e-mail e de ferramentas simples de comunicação também tem se mostrado eficaz para facilitar a gestão colaborativa e garantir a circulação contínua de informações (Pigatto et al., 2022).

4.5.8 Metodologia

A adoção de metodologias específicas para o diagnóstico e a identificação do potencial de uma IG também se configura como uma prática relevante no processo de estruturação

territorial. Nesse sentido, identificou-se uma metodologia que realiza o levantamento dos requisitos necessários ao registro da IG proposta pelo SEBRAE, denominada "*Guia para Diagnóstico de uma Potencial Indicação Geográfica*". Essa ferramenta utiliza um questionário com questões abertas que possibilita uma análise aprofundada de elementos essenciais, como a reputação do produto e sua vinculação histórica e simbólica ao território, o perfil e a organização da entidade representativa, a atuação das instituições locais e dos produtores, além das dimensões históricas, culturais e socioeconômicas que caracterizam a região. Com isso, torna-se possível construir um panorama mais preciso do potencial diferenciador do território e das condições necessárias para a consolidação da IG (Rodrigues et al., 2024).

Os autores Froehlich e Dullius (2011) defendem que, no contexto das IGs no Brasil, o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) constitui uma alternativa capaz de superar as limitações dos processos concebidos como meros mecanismos de agregação de valor, que tendem a excluir amplos segmentos da agricultura familiar. A IG deve ser compreendida como um instrumento de valorização dos recursos específicos de um território, inserido em uma perspectiva de DT. A metodologia da CBST, em seu aspecto central consiste em identificar fatores de um território que possam ser revelados, organizados ou explorados, contando com a participação ativa de diferentes atores locais (Pecqueur, 2006). Tal metodologia foi aplicada para análise da IG da Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense (Prado et al., 2022)

É possível estabelecer um paralelo entre esse princípio da CBST e as ações necessárias à construção de uma IG, que igualmente se baseiam na coordenação de atores locais para identificar e valorizar recursos até então latentes no território. Embora esse processo seja fundamental para as iniciativas de criação de uma IG, o modelo da CBST permite avançar além, articulando-o a outras estratégias de valorização da qualidade de bens e serviços territoriais (Prado et al., 2022). A abordagem da "cesta" envolve, portanto, a integração de diversos produtos, serviços e elementos territoriais como patrimônios natural, arquitetônico, cultural e histórico de qualidade diferenciada, mobilizando atores sociais em torno de uma construção cognitiva compartilhada na escala do território (Pecqueur, 2006).

4.6 Resultados e discussão - O Guia de Boas Práticas para a Obtenção de uma IG

Este estudo tem como objetivo evidenciar os caminhos necessários para a constituição de uma IG de um produto específico, bem como identificar se um território percorre esse processo de forma organizada ou ainda incipiente. Para isso, com base na literatura especializada apresentada no item 4.5, as boas práticas relacionadas à gestão de IG foram classificadas em nichos, de modo a estruturar o estudo de maneira sistemática.

Foram identificados e organizados oito eixos de boas práticas na gestão de uma IG: qualidade, diferenciação, valorização territorial, capacitação, inovação social, comunicação e metodologia. A partir desses eixos, foi elaborado um guia, denominado *"O Guia de Boas Práticas para a Obtenção de uma IG"* destinado ao diagnóstico das possibilidades de obtenção de uma IG para um território, servindo também como instrumento de orientação para a efetiva conquista do registro. Ressalta-se que o guia ancorou-se no arcabouço teórico apresentado no capítulo 4, por isso foram realizadas também conexões com essa literatura de concepções de desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, cestas de bens e serviços territoriais e signos distintivos. O guia está estruturado da forma apresentada a seguir.

Qualidade

- Quais são as regiões (bairros e cidades) em que o produto específico apresenta a mesma qualidade? (Pigatto et al., 2022)
- O cultivo do produto específico são orgânicas ou agroecologicamente sustentáveis? Como funciona? (Saldanha et al., 2024)
- O plantio ocorre pelo Sistema Agroflorestal? Explique como funciona. (Aguiar et al., 2021; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024)
- O produto específico possui alguma certificação ou marca? (Pigatto et al., 2022)
- Os produtores do produto específico tem acesso a assistência técnica rural? (Cruz et al., 2024)
- Existe alguma agroindústria no território? (Cruz et al., 2024)
- Existem normas de qualidade ou rastreabilidade estabelecidas para o produto específico? (Pigatto et al., 2022; Saldanha et al., 2024)

O eixo Qualidade tem como finalidade identificar, no território, as práticas adotadas para aprimorar a qualidade das produções locais. Busca-se reconhecer os modos de produção que contribuem para a melhoria da qualidade, como os sistemas agroflorestais, a agricultura familiar e a agroecologia, agroindústrias de beneficiamento do produto específico. Além disso, investiga-se a existência de normas de qualidade, boas práticas e demais instrumentos que orientem a qualificação dos produtos e serviços. (Aguiar et al., 2021; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al., 2024)

Diferenciação

- Qual é o diferencial do produto específico em relação às demais regiões? Por qual motivo? (Prado et al., 2022)

- O valor do produto específico consegue ser mais elevado do que os demais territórios devido ao seu reconhecimento? (Prado et al., 2022)

O eixo Diferenciação busca identificar os atributos que distinguem o produto específico dos demais produtos do mesmo gênero e verificar se essas características já permitem sua comercialização por um valor agregado maior (Prado et al., 2022). Parte-se da premissa de que a notoriedade e o reconhecimento de produtos e serviços diferenciados geram um imaginário social de qualidade positiva, o qual se estende a outros bens e serviços do território. Para alcançar tal especificidade, os territórios precisam fazer diferente e melhor que aos demais (Pecqueur, 2005). Os elementos exclusivos do território, dotados de qualidade singular e impossíveis de serem reproduzidos em outras regiões, são denominados específicos, enquanto os produtos e serviços genéricos passam a se beneficiar da reputação construída por essa diferenciação (Mollard & Pecqueur, 2007).

Assim, o eixo da Diferenciação tem como finalidade identificar em que o produto específico se distingue dos demais e por quais motivos, considerando tanto atributos territoriais quanto saberes tradicionais. Além disso, busca-se avaliar se esse produto já apresenta valor agregado decorrente de sua notoriedade (Prado et al., 2022).

Inovação Social

- Há subprodutos ou serviços decorrentes do produto principal? Exemplos: bolos, geleias, medicamentos, salgados, farinhas, dentre outros? (Prado et al., 2022; Prado et al., 2022)
- São utilizadas algum tipo de tecnologia ou inovação social nas produções? (Prado et al., 2022; Prado et al., 2022)

Quando se trata de agricultura familiar, iniciativas que diferem das práticas mais comuns, podem ser consideradas inovações, visto que suas produções têm origem de recursos específicos do território (Denardin et al., 2022). Essas dinâmicas territoriais requerem uma inovação criativa na identificação dos recursos territoriais e nos métodos pelos quais serão ativados, possibilitando assim a criação de uma oferta heterogênea de bens e serviços territoriais. Trata-se de uma união do conhecimento técnico com o saber social originando novas cadeias produtivas e produtos diversificados à base do produto específico (Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022). Nesse sentido, o eixo Inovação social, busca identificar as ações que os produtores têm realizado para aprimorar suas produções, incluindo a implementação de tecnologias e de inovações sociais.

Valorização Territorial

- Existem saberes tradicionais passados de geração em geração em relação a esse produto específico? (Soares, 2014; Pigatto et al, 2022)
- Qual é a história por trás da região onde se estabelece esse produto específico? (Pigatto et al., 2022)
- Existem iniciativas de turismo na região? Quais? (Aguiar et al., 2021; Pigatto et al., 2022)
- A região apresenta manifestações culturais (festas locais, música, gastronomia e produtos típicos)? Quais são? (Pigatto et al., 2022; Saldanha et al., 2024)

O tecido social dos territórios funciona como um repositório de práticas que compõem a identidade local, frequentemente expressas em festas populares que visam promover melhorias para a comunidade ou preservar tradições ancestrais, representando a dimensão cultural (Carniello et al., 2022). Essas mobilizações fortalecem a articulação entre os atores sociais, criando uma rede de interações. O saber-fazer constitui um recurso imaterial vinculado ao território, manifestando-se em práticas ancestrais, manifestações culturais, pratos típicos, entre outros. Esse conhecimento também pode ser enriquecido pela presença de universidades ou de outras instituições que introduzem e difundem novos saberes nas comunidades (Mueller et al., 2022).

- Diversos territórios, inclusive os mais interioranos, apresentam histórias singulares que podem ser potencializadas por iniciativas de atores locais bem articulados, capazes de gerar ações inovadoras que consolidam a identidade territorial e ampliam sua atratividade (Covas et al., 2019). Nesse sentido, o eixo Valorização Territorial busca identificar os aspectos históricos da região, relacionados ou não ao produto específico, bem como os saberes tradicionais e as manifestações culturais — como festas típicas, expressões musicais e gastronomia. Além disso, considera-se a integração de iniciativas de turismo que se apoiam nos atributos territoriais, contribuindo para fortalecer a identidade e a atratividade local (Soares, 2014; Pigatto et al., 2022; Saldanha et al., 2024)

Capacitação

- Existem iniciativas de capacitação dos produtores locais e incentivo ao empreendedorismo? (Pigatto et al, 2022)

Esse eixo Capacitação busca identificar se os produtores têm acesso à qualificação

profissional, quais tipos de formação recebem e por meio de quais organizações esse apoio é oferecido. Além disso, procura compreender os incentivos ao empreendedorismo voltados à valorização da produção dos pequenos produtores (Pigatto et al, 2022).

Organização

- Quais são as associações ou cooperativas no território? Quais delas são destinadas ao beneficiamento do produto específico? (Aguiar et al., 2021; Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al. 2024)
- Existe alguma organização pública ou privada financiando a melhoria da produção do produto específico? (Vieira et al., 2017; Aguiar et al., 2021; Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al. 2024)
- Universidades têm desenvolvido pesquisas vinculadas, direta ou indiretamente, ao produto específico? (Aguiar et al., 2021; Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al. 2024)
- Existem lideranças no território incentivando o beneficiamento do produto específico? Quem são essas pessoas? (Aguiar et al., 2021; Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al. 2024)
- Esses atores territoriais se articulam em prol do beneficiamento do produto específico? (Aguiar et al., 2021; Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al. 2024)

Segundo Cazella et al. (2020), os atores territoriais são elementos-chave na valorização de recursos específicos, transformando-os em ativos. Esses atores são representados pela sociedade civil, organizada em associações e cooperativas, formando a dimensão social dos territórios, com o objetivo de conquistar melhorias para a comunidade e benefícios para suas produções, configurando a dimensão social da região (Rotta et al., 2022). As institucionalidades públicas e privadas se enquadram na dimensão institucional, propondo políticas, programas ou ações para o desenvolvimento regional (Gumiero et al., 2020).

Assim, o eixo Organização tem como propósito identificar quem são os atores territoriais envolvidos na melhoria da produção do produto específico, bem como compreender como se estabelece a articulação entre eles. Nesse sentido, busca-se mapear, no território analisado, a presença de associações, cooperativas, lideranças da sociedade civil, instituições financeiras, prefeituras, empresas públicas e privadas, universidades, entre outros agentes. Além disso, procura-se identificar quais ações vêm sendo desenvolvidas por esses atores no

âmbito da gestão e fortalecimento da produção local. (Vieira et al., 2017; Aguiar et al., 2021; Prado et al., 2022; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024; Saldanha et al. 2024)

Comunicação

- Têm sido realizados no território fóruns, seminários ou reuniões com objetivo de promover o desenvolvimento local? (Pegatto et al. 2022)
- Como se dá a comunicação entre os produtores locais? (Pegatto et al. 2022)

A comunicação é uma ferramenta essencial para manter os atores territoriais articulados e engajados na melhoria das condições de vida e de suas produções. Por isso, busca-se identificar quais meios têm sido utilizados para esse fim. Nesse eixo, procura-se verificar a existência de reuniões, fóruns, seminários, grupos e outras formas de articulação voltadas ao diálogo e à troca de informações entre os atores locais (Pegatto et al. 2022).

Metodologias

- É aplicado no território alguma metodologia para promover o desenvolvimento local (metodologias participativas, Cesta de Bens e Serviços Territoriais, ou outro modelo)? (Prado et al., 2022; Rodrigues et al., 2024)

Diversas propostas têm sido formuladas com o objetivo de identificar oportunidades para o desenvolvimento sustentável dos territórios, como a ativação de seus recursos específicos, como é o caso do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (Pecqueur, 2001; Cazella et al., 2020). Essa abordagem representa apenas uma das várias metodologias que podem ser aplicadas para impulsionar o desenvolvimento territorial. Nesse eixo, busca-se identificar a existência e a aplicação de alguma dessas metodologias no território analisado (Prado et al., 2022; Rodrigues et al., 2024).

5. A POSSIBILIDADE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AIPIM PARA BAIXADA FLUMINENSE

Este capítulo dedica-se a verificar o potencial da Baixada Fluminense em obter uma indicação geográfica do aipim através da identificação de boas práticas que tenham sido realizadas no território que contribuam para isso. Com esse propósito, foi aplicado o "Guia de boas práticas na obtenção de uma IG", formulado no presente estudo.

Conforme propõe o método, os resultados obtidos foram sistematizados em seus oito eixos temáticos: qualidade, diferenciação, inovação social, valorização territorial, capacitação, organização, comunicação e metodologia. Ressalta-se que a coleta de dados ocorreu através de entrevistas através do guia (Anexo I) com cinco atores territoriais, pesquisa de campo e consulta a literatura, sites governamentais e redes sociais. Os resultados obtidos foram confrontados com as concepções teóricas que fundamentam este estudo.

5.1 Qualidade

A qualidade diferenciada do produto específico, o aipim Figura 8, apresenta-se em diversas localidades de Nova Iguaçu, Japeri e suas áreas limítrofes de municípios vizinhos. Japeri, possui uma extensa Zona Agrícola, subdividida em dez áreas produtivas. Nessas áreas, todos os agricultores, independentemente da escala de produção, cultivam o aipim que mantém as mesmas características de qualidade que são a maciez e sabor acentuado, resultado das condições ambientais semelhantes, das práticas agrícolas compartilhadas e do saber-fazer tradicional disseminado entre as famílias produtoras.

Figura 8 - Produção de aipim em Jaceruba

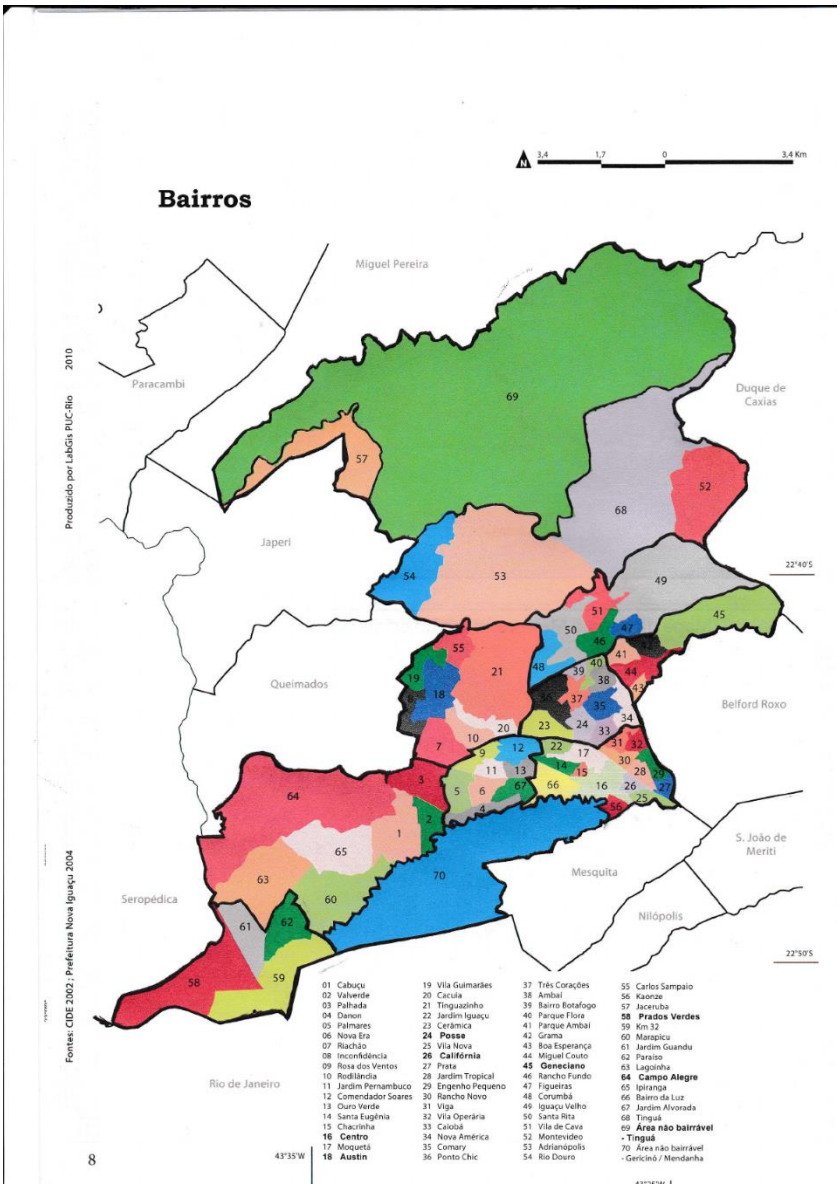


Fonte: Elaboração própria

Além do território agrícola de Japeri, a qualidade diferenciada também se estende a algumas regiões circunvizinhas de Queimados, onde se observam condições territoriais

equivalentes para o cultivo. Em Nova Iguaçu, os bairros que se destacam na qualidade, segundo os entrevistados, foram Jaceruba, Tinguá, Rio D'Ouro e Marapicu. Tais bairros estão representados no item 57, 68, 54 e 60 do mapa na Figura 9. Segundo a entrevistada E2, essas regiões "*apresentam condições semelhantes de solo, topografia e regime hídrico, resultando em um aipim de textura macia e cozimento rápido, característicos da região da Baixada"*. Ou seja, o plantio de aipim nessas regiões possuem características produtivas e ambientais compatíveis.

Figura 9 – Bairros de Nova Iguaçu e municípios vizinhos



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu.

Nota-se que a delimitação geográfica do produto específico é formada pelo território de Nova Iguaçu, Japeri e seus entornos. Estas regiões possuem produções de aipim preservando as mesmas especificidades e qualidade.

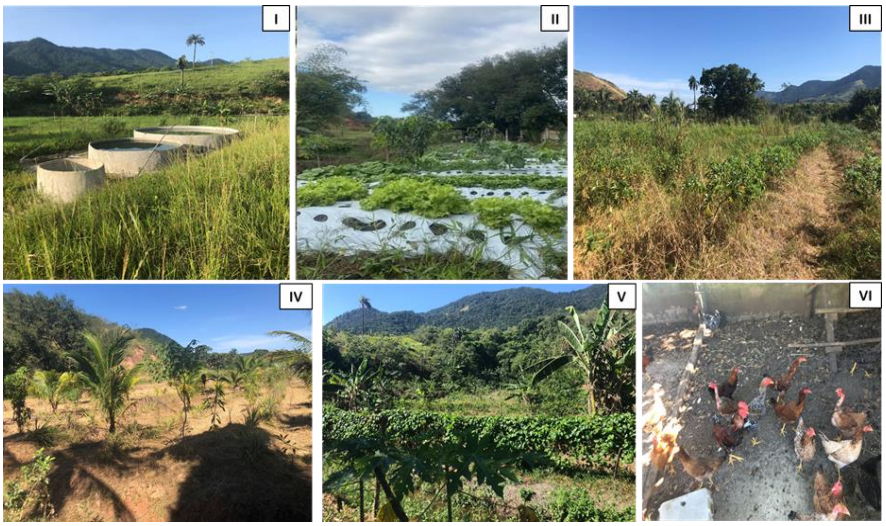
O cultivo do produto específico nas regiões supracitadas apresentam características predominantemente tradicionais, com forte influência do conhecimento transmitido entre gerações. Historicamente, essas práticas se desenvolveram sem o uso de agrotóxicos químicos, isso porque as áreas de plantio eram constantemente inundadas pelo afluente São Pedro, do rio Guandu. Segundo a entrevistada E3, "*[...] como a área de plantio era inundada constantemente, sua formação é de deposição de matéria orgânica e minerais, essas qualidades permitiram o cultivo por muitos anos, sem necessidade de adubação e correção do pH do solo*".

Esse processo recorrente de alagamento formou um solo de alta fertilidade natural. A condição singular garantiu, por muitos anos, a produtividade e a qualidade do aipim sem necessidade de tratos culturais mais intensivos. Ainda hoje, muitos produtores defendem que o manejo do solo não é necessário para garantir um bom desempenho da cultura, o que reforça a força das tradições locais.

Por outro lado, revelou-se que grande parte das áreas, o cultivo segue métodos convencionais, com o uso de máquinas agrícolas, dessecantes químicos, agrotóxicos e fertilizantes minerais. Essa prática se intensifica especialmente onde a fertilidade natural já não responde da mesma maneira que no passado. A entrevistada E2 relata que grande parte da produção familiar utiliza práticas de baixo uso de insumos químicos, aproximando-se de manejos agroecológicos. Por isso, poucos produtores possuem certificação formal para a produção orgânica. Em suma, o manejo é baseado em preparo simples de solo, rotação de culturas e uso reduzido de agrotóxicos.

Observa-se uma mudança gradual nas técnicas adotadas por alguns agricultores, que demonstram crescente preocupação com a conservação do solo e buscam alternativas mais sustentáveis. Esses produtores têm incorporado práticas de adubação orgânica e manejo que se aproximam de uma agricultura agroecológica, porém, segundo o ator E1, constituem a minoria dos agricultores.

Figura 10 - Produção agroecológica e sistema agroflorestal em Jaceruba



I) tanques com capacidade de produzir até 1 tonelada de tilápia a cada 6 meses. II) canteiros da horta com coentro, salsa, cebolinha, couve, alface, chicória, mostarda e espinafre (técnica mulching). III) cultivo de aipim com 1 ha plantado, normalmente rotacionado com milho. Também são plantados batata doce e maxixe para aproveitar o espaço já que o desenvolvimento é rasteiro. IV) cultivo de abacaxi, coco, manga e laranja, mandioca, jiló e quiabo. Culturas rotacionadas. V) cultivo de maracujá, pimenta, inhame, taioba e quiabo. VI) galinhas poedeiras, alimentadas com as sobras do que é produzido ou com produtos que não atingiram o padrão comercial. A produção é orgânica, os patos e os porcos seguem o mesmo perfil. Os ovos de pato são comercializados e os porcos vivos também.

Fonte: Elaboração própria

Através da pesquisa de campo, identificou-se um sítio localizado em um assentamento em Jaceruba (Figura 10), no qual há cultivo orgânico e um sistema agroflorestal que, se configura um sistema produtivo agroecológico. O local possui construções de tanques para a criação de tilápias, um tipo de infraestrutura não encontrada na região e que, segundo o proprietário, foi uma confecção autoral.

O plantio do aipim nas regiões de Japeri e Nova Iguaçu não ocorre predominantemente por meio de Sistemas Agroflorestais (SAFs), sendo majoritariamente conduzido em cultivo solteiro. Ou seja, o plantio é realizado em quadras ou lotes dedicados exclusivamente ao aipim, sem rotação de culturas e com manejo tradicional, que inclui aração, gradagem do solo, plantio direto e capina ao longo do desenvolvimento da planta. Tal fato não encontra-se em consonância com diversas regiões detentoras de IG que diversificam seus cultivos, reduzindo a dependência de um único produto e contribuindo para preservação da vegetação nativa (Aguiar et al., 2021; Pigatto et al., 2022; Cruz et al., 2024)

Contudo, existem experiências pontuais de SAFs em áreas de Tinguá e Jaceruba, onde o aipim é consorciado com espécies como banana, frutíferas variadas ou mudas de árvores madeiráveis, integrando produção agrícola e recuperação ambiental. Embora ainda não seja uma prática amplamente difundida, essas iniciativas demonstram potencial para expansão,

especialmente por contribuírem para a conservação do solo, diversificação produtiva e maior sustentabilidade do sistema agrícola local.

O manejo adotado segue técnicas convencionais. Inicialmente, são realizadas operações mecânicas como aração e dragagem, visando ao preparo e nivelamento do solo. Em seguida, procede-se ao plantio direto das manivas. Durante o desenvolvimento da planta, a capina é a principal atividade de manutenção, realizada para controlar o crescimento de plantas espontâneas e garantir que o aipim se desenvolva sem competição por nutrientes, água e luz.

Assim, o sistema produtivo predominante na região caracteriza-se por uma lógica de monocultivo contínuo, com intervenções técnicas tradicionais e sem integração com espécies florestais, o que se distancia dos princípios ecológicos e da diversificação estrutural que definem os Sistemas Agroflorestais.

No território, não há uma agroindústria plenamente estruturada e formalizada dedicada ao beneficiamento do aipim, conforme apresenta (Cruz et al., 2024). Embora a produção do aipim seja amplamente difundida, a estrutura de processamento ainda é incipiente. Existem apenas pequenas iniciativas artesanais e familiares, que realizam algum nível de beneficiamento pontual, como produção de farinha ou manipulação primária da raiz. Essas unidades, porém, não atendem aos requisitos técnicos, sanitários e organizacionais para serem classificadas como agroindústrias formais.

Quanto à assistência técnica rural, os produtores têm acesso, porém esse atendimento ocorre de forma limitada e insuficiente. Embora os assentamentos contem com o suporte da EMATER, na prática as visitas técnicas são esporádicas e a presença dos profissionais em campo é rara. Apesar de existir formalmente um serviço de assistência, sua efetividade ainda não atende às necessidades reais dos produtores, que seguem enfrentando dificuldades para obter orientações regulares e especializadas. Ressalta-se a necessidade de melhoria nesse aspecto visto que saberes tradicionais e científicos devem andar lado a lado (Cruz et al., 2024).

As produções não possuem normas de qualidade ou sistemas de rastreabilidade estabelecidos. Os produtores comercializam o aipim há gerações para os mercados do CEASA, feiras, hortifrutis, sacolões e até o tradicional porta a porta, que ainda hoje alcança bairros da zona Sul do Rio de Janeiro. Grande parte dessa produção permanece na informalidade com ausência de regularização, seja por dificuldades em emitir nota fiscal ou pela impossibilidade de comprovar a posse da terra, mantendo o comércio baseado essencialmente na confiança construída ao longo do tempo, um circuito curto de comercialização. Assim, percebe-se a necessidade do estabelecimento de diretrizes de qualidade, boas práticas ambientais e rastreabilidade, conforma diversas regiões vem fazendo (Pigatto et al., 2022).

Contudo, os circuitos de vendas tem se apoiado nas redes de proximidade e confiança entre produtores e consumidores. Tal aspecto indica consonância com a estratégia proposta pela CBST, que defende a construção inicial de uma imagem específica no âmbito local (Champagne & Pecqueur, 2014).

O produto específico ainda não possui certificação formal ou marca registrada, embora seja amplamente conhecido na Baixada Fluminense e em algumas áreas do Rio de Janeiro por sua qualidade e tradição. Segundo o gestor público E4, há um movimento para a obtenção de reconhecimento oficial por meio de uma IG para o aipim, destacando-se as produções originárias de Jaceruba e Tinguá como as mais reconhecidas do território.

Apesar do território ainda não contar com selos específicos de qualidade, sustentabilidade ou rastreabilidade voltados ao aipim, existe um grupo de aproximadamente 30 agricultores certificados pela ABIO na produção orgânica, o que demonstra a presença de iniciativas isoladas de formalização e melhoria dos padrões produtivos. Esses avanços, ainda que parciais, indicam um potencial significativo para estruturação futura de certificações coletivas que valorizem o produto e fortaleçam sua identidade territorial.

Os aspectos apresentados nesse tópico, revelam possibilidades de uma IG de Denominação de Origem para a região, pois a singularidade da qualidade é resultado da interação entre o meio geográfico, saber fazer e tradição (INPI, 2025).

5.2 Diferenciação

O diferencial do aipim da região em relação às demais localidades está associado à sua maciez, ao sabor marcante e ao curto tempo de cozimento, atributos amplamente reconhecidos pelos consumidores locais e de áreas vizinhas. Essa qualidade diferenciada no saber é apresentada em IGs (Prado et al., 2022). A entrevistada E3 considera que as qualidades do produto específico foram potencializadas após as drenagens realizadas para a implantação de uma ferrovia na região, tornando o solo mais fértil em razão dos nutrientes que emergiram para a superfície, o que o deixou especialmente propício ao cultivo do aipim e favoreceu a adaptação da planta às novas condições.

Resultado disso, formou-se uma raiz leve, de fácil descasque e que cozinha rapidamente sem endurecer, características que lhe conferem identidade própria e destacam seu valor no mercado regional. O comerciante E5 acrescenta sobre o produto específico que "*todo mundo fala que o sabor é diferente, comparando outros lugares e Tinguá, o sabor é muito diferente e cozinha em menos de 10 minutos, tá cozinhando… tá se abrindo*".

A fertilidade do solo diferenciada devido sua composição orgânica, conferem textura e propriedades singulares do aipim da região, em consonância com a questão norteadora de especificidade de uma CBST que é fazer diferente ou melhor do que os demais territórios (Pecqueur, 2005).

Esse conjunto de atributos, tem permitido a venda do aipim das regiões de Japeri e Tinguá por um preço mais elevado devido ao amplo reconhecimento por consumidores e comerciantes. O entrevistado E4 afirma que "*enquanto no CEASA uma caixa sai a R$20,00 mais ou menos, aqui no campo pode chegar a R$120,00, dependendo da época. Hoje está em R$80,00*". Mesmo com valores superiores, o aipim mantém alta demanda, impulsionado pela fama e pela confiança consolidadas ao longo do tempo.

Figura 11 - Venda de aipim em Belford Roxo



Fonte: Reprodução própria

Identificou-se a presença de comerciantes que têm conseguido gerar maior atratividade em suas vendas ao destacar a origem dos produtos em seus estabelecimentos comerciais, como ocorre com um vendedor no município de Belford Roxo (Figura 11) que utiliza em destaque de "Aipim de Tinguá". A atratividade do aipim de Tinguá é confirmada pelo relato do entrevistado E5, que afirma: *"[...] as pessoas vêm e perguntam: 'o aipim é de Tinguá? Então eu vou comprar porque é de qualidade.' Eles sabem que tem qualidade*". A utilização do nome geográfico devido a reputação do local de origem da produção é um aspecto que define uma Indicação de Procedência (INPI, 2025).

Segundo Cazella et al. (2020) um produto líder na CBST apresenta maior visibilidade no território e potencial para impulsionar outros produtos locais (Cazella et al., 2020). Neste caso, o aipim in natura pode ser considerado o produto líder da região. A forte vinculação ao território e reconhecimento do produto específico, evidenciam um signo distintivo territorial que através da mobilização de seus atores pode acarretar na obtenção de uma IG (Dallabrida, 2023).

5.3 Inovação Social

No que diz respeito à inovação social e à agregação de valor do produto específico, ainda não existe um movimento consolidado voltado à diversificação de produtos derivados do aipim na região, no entanto existem iniciativas pontuais. A maior parte dos produtores ainda se dedica à venda da raiz *in natura*, mas há um grupo articulado na economia solidária que reúne agricultores, promovendo práticas colaborativas e fortalecendo a produção local.

Além disso, alguns produtores, de maneira isolada e em pequena escala, já fabricam subprodutos (Prado et al., 2022) como bolos, aipim descascado e embalado, farinhas, salgados e pratos típicos, revelando um potencial pouco explorado para ampliar a oferta e agregar valor ao produto específico. Alguns desses produtos foram identificados e apresentados através da Figura 12. Esses primeiros esforços, embora incipientes, evidenciam oportunidades de avanço em ações coletivas de inovação social e fortalecimento da economia territorial. Iniciativas como essas, por se diferenciarem das práticas comuns, são consideradas inovações sociais no contexto da agricultura familiar (Denardin et al., 2022).

Figura 12 – Produções locais



I) produção de leite e queijo frescal orgânico. II e III) produção de mel orgânico. IV) produção de cachaça da banana artesanal. V) produção de farinha de mandioca. VI) receitas autorais com farinha de mandioca.
Fonte: Compilação de arquivo pessoal.

Paralelamente, embora o cultivo na região permaneça predominantemente tradicional, observam-se a adoção gradual de tecnologias e práticas inovadoras, como o uso de camaleões que servem para melhorar a drenagem em solos muito úmidos, a mecanização de etapas do processo produtivo e a introdução da adubação. Ressalta-se que antes esses métodos eram pouco necessários devido à fertilidade natural do solo. Ainda assim, parte dos produtores mantém métodos convencionais sem incorporar novas tecnologias, configurando um cenário de transição de práticas tradicionais e iniciativas pontuais de modernização e aperfeiçoamento produtivo.

5.4 Valorização territorial

A história da região onde se estabelece o cultivo do aipim é marcada por uma profunda tradição agrícola e por transformações territoriais que moldaram sua identidade produtiva. Há registros que indicam a presença do aipim no local há cerca de 700 anos atrás, convivendo ao longo do tempo com outras culturas como laranja, arroz e banana, embora a raiz tenha se mantido como elemento constante da atividade agrícola, relata o entrevistado E4.

Figura 13 - Captações de água em Rio D’Ouro, Tinguá, Vila de Cava e Jaceruba



Fonte: Acervo de pesquisa

No século XIX, os mananciais da Serra do Tinguá foram responsáveis pelo abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil àquela época. Para isso, foi construída a estrada de ferro Rio D'ouro em 1875, uma ferrovia que ligava a região até as proximidades de uma bairro do centro do Rio de Janeiro chamado Caju com o objetivo de transportar matérias-primas e mão de obra para as construções das captações de água em Rio D’Ouro, Tinguá, Vila de Cava e Jaceruba (Figura 13).

Esses acontecimentos resultaram em vestígios de materiais, como infraestruturas e ruínas, que carregam significados históricos e contribuem para a compreensão da história da região. Alguns dos casos identificados foi a igreja, popularmente conhecida como igreja São Pedro (Figura 14). A construção das captações de água resultou em importantes patrimônios históricos no território. Entre eles, destaca-se a Ponte de Ferro (Figura 14), tombada pelo IPHAN, construída para a passagem da linha férrea. A região, ainda apresenta as infraestruturas das estações ferroviárias em Rio D’Ouro, Vila de Cava, Tinguá e Jaceruba (Figura 13) que estão sendo revitalizadas para serem centros de memórias.

Figura 14 - Cenário em Jaceruba



I) cachoeira em Jaceruba. II) Ponte de Ferro. III) Igreja católica comunidade São Pedro. IV) estação férrea Jaceruba. V) Unidade de Tratamento de Água São Pedro (Jaceruba). VI) Ninfa das Águas no reservatório de água em Jaceruba.

Fonte: Elaboração própria

Esses são apenas alguns dos patrimônios históricos e arquitetônicos presentes no território, considerados como recursos específicos da CBST. Contudo, é preciso que esses atributos, monumentos e sítios históricos, passem pelo processo de valorização, bem como pelo reconhecimento da história local. Essas ações possibilitam, além do fortalecimento da identidade territorial, a incorporação do turismo como serviço relevante na região (Denardin et al., 2022).

Quanto aos cultivos de aipim que aconteciam inicialmente nas áreas mais altas da localidade, passou a ocupar as partes baixas após as intervenções do antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que drenou e dissecou os brejos, ampliando as terras cultiváveis. Nesse sentido, o entrevistado E1 explica a história das produções agrícolas na região mencionando que:

> “Jaceruba seguiu fornecendo água e alimento para o Rio de Janeiro, até que 1964 o sub-ramal Cava à Tinguá foi suspenso e, o Decreto nº 58.992 de 04 de agosto de 1966,

> que listava os ramais deficitários e tornou a medida de erradicação ainda mais eficaz em termos nacionais. Após a erradicação do trem o escoamento da produção ficou extremamente dificultoso, fazendo com que a produção fosse reduzida a quase nada, entretanto, com o passar dos anos a produção foi voltando a ganhar força."

A região possui saberes tradicionais profundamente enraizados na cultura local e transmitidos de geração em geração relacionados ao cultivo e ao uso do aipim. Práticas agrícolas como a seleção das melhores manivas, o conhecimento empírico sobre cultivares adaptadas ao solo local, as técnicas tradicionais de preparo do solo, as épocas adequadas de plantio e colheita e até o modo de lidar com pragas e umidade, constituem um repertório valioso preservado pelas famílias agricultoras ao longo das décadas.

Além dos saberes do cultivo, existe um patrimônio culinário associado ao aipim, expresso em receitas tradicionais que circulam entre gerações e fortalecem a identidade territorial. Em Jaceruba, por exemplo, uma produtora chegou a receber premiação por receitas baseadas no aipim, evidenciando a relevância cultural e gastronômica desse conhecimento ancestral.

Diversas são as manifestações culturais como festas locais, culinária típica baseada em raízes, eventos religiosos tradicionais e artesanato local que reforçam a identidade territorial e mantêm viva a tradição local, especialmente aquelas relacionadas à produção agrícola.

No território destaca-se a tradicional Festa da Banana em Jaceruba, realizada anualmente, contudo nos anos de 2024 e 2025 não ocorreu por problemas de organização. O evento possui um caráter rural, onde são realizados shows com artistas locais, contando com barraquinhas ornamentadas para venda de guloseimas à base de banana. A Festa da Banana de Jaceruba teve seu início em 2005 e foi criada com o objetivo de atrair a atenção do poder público local em busca de melhorias de infraestrutura e serviços públicos. Adicionalmente, a celebração visa valorizar as produções locais e atrair turistas para a localidade.

Além disso, a festa da padroeira do município de Japeri, Nossa Senhora da Conceição, que já foi um importante marco cultural, passou por um período de esquecimento, mas vem sendo revitalizada pela comunidade, recuperando seu papel de referência social e espiritual. Outra manifestação que ganha destaque é o encontro de cavaleiros e amazonas, evento que mobiliza moradores e visitantes, reforçando elementos da cultura rural local.

Figura 15 - Festa do Aipim em Tinguá 2025



Fonte: Reprodução própria

A Festa do Aipim em Tinguá, iniciou em 2003, tem valorizado ainda mais o produto específico que historicamente marca o território, conforme diversas regiões vem realizando (Pigatto et al., 2022; Saldanha et al., 2024). O evento anual é organizado em parceria pela Associação de Moradores de Tinguá, pela Prefeitura de Nova Iguaçu e por órgãos de fomento, com o objetivo de promover a atratividade da região e impulsionar a economia local (Ângelo & Fogaça, 2020). Através da pesquisa de campo realizada em 13 de julho de 2025 identificou-se que na sua organização são realizados shows com atores locais, venda de comidas a base de aipim como bolo, lasanha, mousse, empada, caldos, dentre outros, conforme ilustra a Figura 15. O evento também conta com barracas com a venda de artesanatos e produções familiares diversas.

O território de estudo apresenta importantes dinâmicas territoriais que surgiram da necessidade de visibilidade enquanto espaço para melhoria das condições econômicas da população, como é o caso da Festa do aipim em Tinguá e a Festa da Banana em Jaceruba. Segundo Carniello et al. (2022), fenômenos como esse contribuem para a sustentação das práticas que trazem identidade ao território, potencializando a articulação entre os atores sociais.

Quanto às iniciativas formais de turismo, ainda são incipientes na região, mas é possível identificar práticas e usos do território que revelam seu potencial turístico, especialmente no âmbito do turismo ecológico e de aventura. A UFRRJ em seu campus de Nova Iguaçu, em 2017, desenvolveu o projeto intitulado Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, com o objetivo de fomentar as atividades econômicas regionais da Baixada Fluminense.

Em Jaceruba, segundo os entrevistados, ainda não há iniciativas de turismo estruturadas pelo poder público ou por organizações locais. Entretanto, a localidade já atrai visitantes de maneira espontânea, sobretudo em virtude de suas belezas naturais. As cachoeiras são os principais pontos de interesse, recebendo um fluxo considerável de turistas em dias quentes, que buscam refresco, contemplação da paisagem e atividades de lazer. Além disso, nos fins de semana é comum a presença de grupos de ciclistas, que percorrem as trilhas e estradas da região com o objetivo de apreciar o ambiente natural.

Em Tinguá existem iniciativas de turismo ecológico, sobretudo devido às suas áreas de proteção ambiental, cachoeiras e ao apelo associado ao turismo de aventura. O potencial turístico dessas regiões abre espaço para a criação de roteiros que integrem práticas de agricultura familiar, gastronomia local e atividades de educação ambiental, ampliando as possibilidades de desenvolvimento sustentável. Identificou-se uma agência de turismo, conhecida por realizar roteiros na Baixada Fluminense, que incorporou aos seus serviços um roteiro chamado “Rota Rural”, abrangendo a rota do aipim em Nova Iguaçu, estabelecida pela própria empresa, e a estação ferroviária de Tinguá, conforme demonstra a Figura 16.

Figura 16 - Rota do aipim



Fonte: Rede social Instagram

Essa frequência crescente de visitantes evidencia que, mesmo sem infraestrutura turística consolidada, Jaceruba já se insere nas rotas de turismo ecológico e de aventura, apresentando condições promissoras para o desenvolvimento de iniciativas futuras que possam ordenar e qualificar essas práticas.

5.5 Capacitação

Embora a região apresenta significativo potencial produtivo, especialmente no contexto da agricultura familiar, não identificou-se a forte presença de políticas públicas com foco específico na capacitação de produtores locais ou o incentivo direto ao empreendedorismo rural. Apesar disso, alguns esforços pontuais têm sido realizados.

Em Japeri, são oferecidos diversos treinamentos, com destaque para ações voltadas à mecanização agrícola, citricultura e mandiocultura. Esses cursos buscam aprimorar práticas produtivas e promover maior eficiência no uso dos recursos, contribuindo para a qualificação dos agricultores familiares e para o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

No âmbito de Nova Iguaçu, o poder público realiza oficinas técnicas, dias de campo e orientações especializadas a produtores rurais. Além disso, parcerias com universidades possibilitam atividades de extensão rural, projetos de empreendedorismo agroecológico e ações educativas voltadas à gestão da produção. Tais iniciativas ampliam o acesso ao conhecimento técnico e estimulam práticas mais sustentáveis. No sentido da obtenção da IG do aipim, o

território carece de cursos, direcionados a produção do aipim e seu beneficiamento (Pigatto et al. 2022).

5.6 Organização

No que se refere ao eixo Organização, observa-se que o território apresenta um conjunto de associações que desempenham papel relevante na articulação dos produtores locais, embora ainda não contem com estruturas voltadas ao beneficiamento do aipim. No município de Japeri, existem atualmente sete associações formadas por produtores e produtoras rurais, que atuam na representação dos interesses da classe, no apoio às demandas do campo e na mediação com órgãos públicos. Entre elas, destaca-se a Associação de Produtores Rurais de Jaceruba (AssoJap), que exerce papel central na mobilização comunitária e na organização das atividades agrícolas da região.

Além das associações, o território conta com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Japeri, instituição que também contribui para a defesa dos direitos dos agricultores e para a promoção de ações de fortalecimento da categoria. Contudo, apesar dessa presença organizacional, nenhuma dessas entidades se empenha plenamente no beneficiamento do Aipim. O beneficiamento, quando ocorre, é conduzido de maneira individualizada pelos próprios produtores, sem o apoio de estruturas coletivas ou cooperativas destinadas especificamente a essa finalidade.

Já Nova Iguaçu conta com a presença de associações de agricultores familiares distribuídas entre Tinguá, Jaceruba, Campo Alegre e Marapicu. Embora existam grupos organizados para produção agrícola e hortifrutigranjeira, ainda não há cooperativa formalmente estruturada com foco exclusivo no beneficiamento do aipim. Parte dos produtores realiza descascamento artesanal, mas não há unidade industrial coletiva organizada especificamente para o produto. No entanto, identificou-se a cooperativa de Tinguá que realiza o beneficiamento de diversos produtos, entre eles a versão chips de aipim, conforme mencionou a entrevista E2.

Assim, embora exista uma estrutura associativa relativamente consolidada, o território ainda carece de iniciativas cooperativas ou de infraestrutura comunitária capaz de agregar valor aos produtos locais. Essa lacuna reforça a necessidade de fortalecimento institucional e de políticas que incentivem formas coletivas de organização produtiva, permitindo maior competitividade, diversificação e geração de renda às famílias agricultoras.

No que se refere à existência de organizações públicas ou privadas voltadas ao financiamento e à melhoria da produção do produto específico, observa-se um cenário ainda

incipiente na região. De modo geral, não há iniciativas privadas estruturadas destinadas a apoiar diretamente a cadeia produtiva do aipim, o que evidencia uma lacuna importante no que diz respeito ao investimento externo e ao fortalecimento produtivo.

Entretanto, destaca-se uma ação relevante no âmbito da gestão pública municipal. A Secretaria de Agricultura e Pesca de Japeri vem desenvolvendo o Programa Agroindústria de Pequeno Porte, uma iniciativa que busca fomentar o beneficiamento agrícola por meio de linhas de financiamento, apoio técnico e orientação personalizada conforme as demandas de cada produtor. Esse programa representa um esforço para ampliar a capacidade produtiva local, promover melhorias tecnológicas e incentivar a agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar.

Nova Iguaçu, recebe apoio por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAM), com ações de assistência técnica, distribuição de insumos e orientação de manejo. Além disso, a entrevista E1 afirma que existem "*projetos pontuais desenvolvidos por instituições (UFRRJ, IM/UFRRJ, EMBRAPA e EMATER-RIO) e parcerias com organizações da sociedade civil contribuem indiretamente para o fortalecimento da cadeia do aipim"*.

Embora não haja um movimento plenamente consolidado em torno do beneficiamento do aipim, o território conta com algumas lideranças que vêm estimulando essa pauta e buscando fortalecer a produção local. Entre elas, destacam-se a Prefeitura de Japeri com sua Secretaria de Agricultura e Pesca, que têm atuado como importantes entusiastas da ideia, promovendo discussões e iniciativas voltadas à agregação de valor ao produto. Além disso, alguns produtores e produtoras engajados também demonstram interesse e disposição para avançar no beneficiamento, ainda que de forma inicial e dispersa. Apesar dessas lideranças, percebe-se que o tema ainda carece de organização coletiva mais robusta para se transformar em um movimento estruturado no território.

Apesar de ainda não existir um conjunto amplo e articulado de financiadores, o programa municipal configura um passo significativo rumo à estruturação produtiva do território. Sua continuidade e expansão podem contribuir para fortalecer o setor, estimular a formalização de novas iniciativas e impulsionar a diversificação econômica na região.

As universidades têm desempenhado papel relevante na produção de conhecimento sobre o produto específico e o território, desenvolvendo pesquisas direta ou indiretamente relacionadas ao cultivo do aipim. A UFRRJ, tanto pelo Campus Seropédica quanto pelo Instituto Multidisciplinar (IM) em Nova Iguaçu, conduz estudos sobre agricultura familiar, sistemas agroecológicos, uso do solo, cadeias produtivas e desenvolvimento territorial,

contribuindo para a compreensão das dinâmicas agrárias da Baixada Fluminense. Parte dessas pesquisas envolve o levantamento e a catalogação das variedades de aipim presentes em Jaceruba, o que fortalece a base científica necessária para futuras estratégias de valorização e reconhecimento do produto.

Além disso, a Prefeitura de Nova Iguaçu está em processo de formalização de um acordo de cooperação técnica com a UFRRJ, ampliando o potencial de integração entre academia e gestão pública.

Figura 17 - Pesquisa na Reserva Biológica do Tinguá



Fonte: Reprodução própria

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), unidade Nova Iguaçu, por meio de seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP), tem desenvolvido pesquisas na região da Baixada Fluminense. A Figura 17 registra uma visita de alunos e professores do CEFET-RJ, realizada em 22 de junho de 2024 com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu e do ICMBio, a qual constituiu uma das motivações para a realização da presente pesquisa.

Nota-se que embora ainda incipientes, as iniciativas universitárias já oferecem suporte importante para o aprimoramento produtivo e a construção de políticas voltadas ao desenvolvimento local.

5.7 Comunicação

A comunicação entre os produtores locais ocorre de forma limitada e pouco estruturada, refletindo a ausência de núcleos organizados de produção e comercialização e a forte predominância de práticas individuais. Embora existam grupos de WhatsApp utilizados para trocas pontuais entre os agricultores, essa ferramenta não supre a necessidade de diálogo mais profundo e contínuo, já que grande parte das informações só circula de maneira mais efetiva quando há contato presencial, considerado por muitos como a forma mais eficiente de comunicação, segundo relata o entrevistado E1. Além disso, a interação com o poder público é bastante reduzida, o que reforça a fragilidade dos canais formais de articulação e dificulta a construção de estratégias coletivas para o desenvolvimento territorial.

No território, iniciativas de diálogo coletivo voltadas ao desenvolvimento local têm ocorrido, porém de forma esporádica e marcada pela descontinuidade. Eventualmente são realizados fóruns, reuniões, participação em conselhos municipais de meio ambiente e agricultura e encontros com atores locais. A entrevistada E2 relata que “ *é preciso fortalecer um fórum permanente da cadeia do aipim*”.

5.8 Metodologia

No território analisado, a aplicação de metodologias específicas voltadas à promoção do desenvolvimento local ainda ocorre de maneira limitada e pouco institucionalizada. Embora não haja, de forma contínua e estruturada, a adoção de modelos participativos consolidados, algumas iniciativas relevantes já foram realizadas, ainda que de forma pontual.

Entre as experiências existentes, destaca-se a utilização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e a realização da Conferência Municipal de Agricultura, ambos instrumentos importantes no âmbito da gestão pública e da extensão rural. Esses eventos funcionam como espaços de escuta, deliberação e construção coletiva, nos quais produtores, técnicos, gestores e demais atores territoriais apresentam necessidades, trocam conhecimentos e discutem prioridades.

Além dessas iniciativas formais, a equipe técnica local tem adotado princípios próprios da extensão rural participativa, como diagnósticos rápidos, visitas de campo, escuta ativa das lideranças e articulação entre diferentes setores do território. Essas práticas contribuem para aproximar as políticas públicas da realidade produtiva, mesmo sem a existência de um método institucionalizado que oriente todo o processo de desenvolvimento rural.

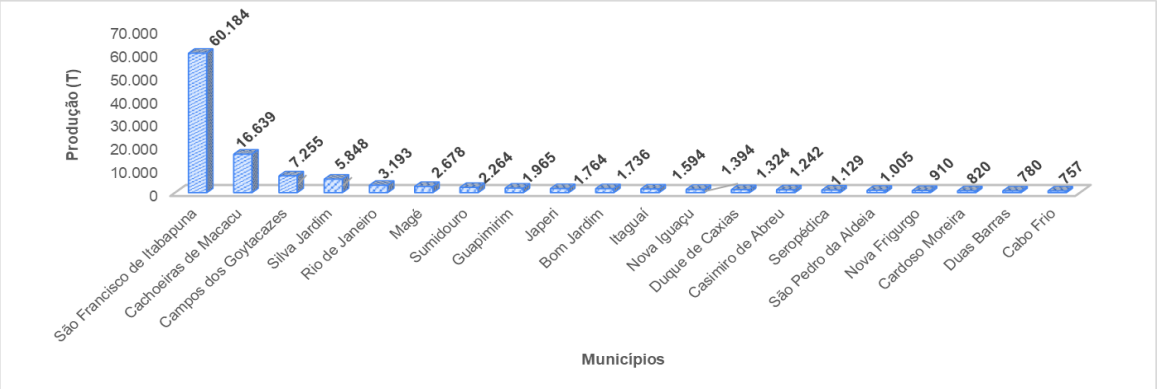
Identificou-se iniciativas como feiras, que articulam produção agrícola, identidade cultural e interação com consumidores, também despontam como ferramentas metodológicas capazes de impulsionar a proposta de uma IG para o aipim.

6. ANÁLISE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO DE AIPIM NO RIO DE JANEIRO

6.1 Estatística descritiva

Este capítulo destina-se a comprovar que em termos quantitativos as produções de aipim na BF não são inexpressivas em comparação com as demais localidades. Para isso, o estudo se inicia verificando os vinte municípios com produção de aipim em toneladas (T) de acordo com o Censo Agropecuário 2017, conforme apresenta a Figura 18.

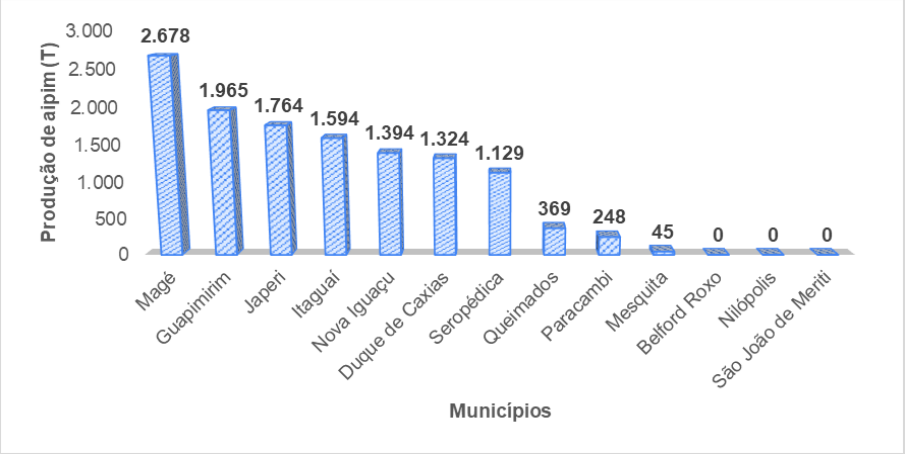
Figura 18 - Produção de aipim no Rio de Janeiro



Fonte: Censo Agropecuário 2017

Verifica-se que São Francisco de Itabapoana possui produção aproximadamente três vezes superior (60.184) ao segundo colocado, Cachoeiras de Macacu (16.639). Por outro lado, constata-se que dos 20 maiores produtores de aipim do Rio de Janeiro, 7 municípios pertencem à BF, sendo Magé a maior produtora da BF (2.678). Além delas temos, Guapimirim, Japeri, Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Seropédica.

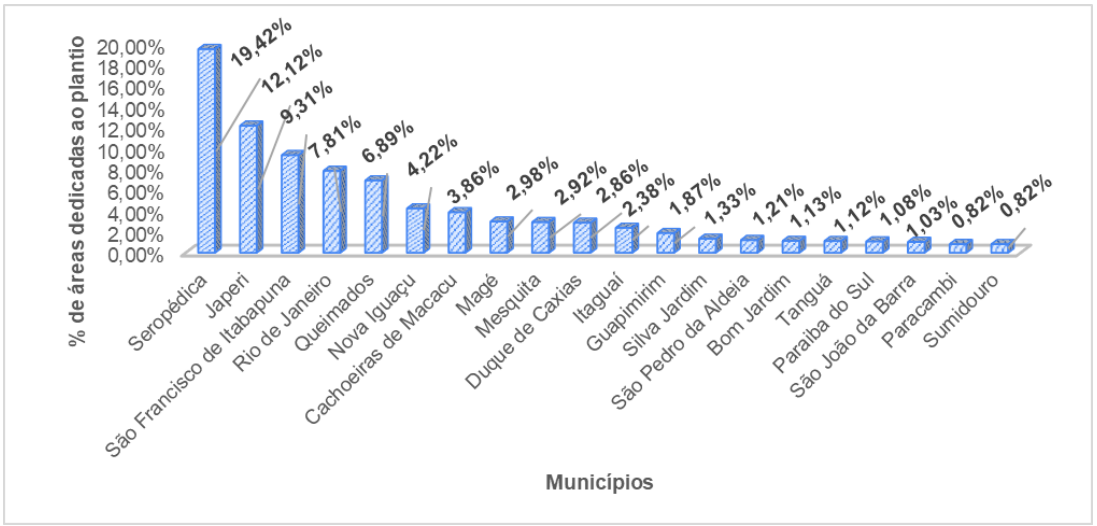
Figura 19 - Produção de aipim na Baixada Fluminense



Fonte: Censo Agropecuário 2017

Já em relação às produções de aipim da BF por municípios, a Figura 7 apresenta que Magé se destaca com uma produção de 2.678 toneladas de aipim, seguidos por Guapimirim, Japeri, Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Seropédica, Queimados, Paracambi, Mesquita. Enquanto que os municípios de Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti não possuem produções.

Figura 20 - Área dedicadas à produção de aipim



Fonte: Censo Agropecuário 2017

Na Figura 20 é apresentada a análise das áreas destinadas ao cultivo de aipim nos municípios. O cálculo foi realizado com base na proporção entre a área total dos estabelecimentos agropecuários de cada município, em hectares (ha), e a sua área colhida de aipim, também em hectares. Dessa forma, torna-se possível identificar o grau

de especialização de cada município na produção de aipim, destacando o quanto essa cultura se sobressai em relação às demais atividades agrícolas, evidenciando a vocação do município para produzir esse alimento como carro-chefe da região.

Nesta análise, constatou-se que o município que mais destina suas áreas para o cultivo de aipim é Seropédica, com 19,42% de sua área dedicada à produção. Entre os 20 municípios mais engajados no cultivo de aipim, metade pertence à Baixada Fluminense: Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Magé, Mesquita, Duque de Caxias, Itaguaí, Guapimirim e Paracambi. Esse dado reforça a vocação agrícola da Baixada Fluminense na produção desse alimento. Assim, mais uma vez os municípios da BF se destacam no cultivo de aipim.

Tabela 2 - Análise estatística descritiva das regiões do Rio de Janeiro

Estatística Descritiva

	Região	N	Média	Mediana	Soma	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Produção (T)	Baixada Fluminense	13	962.3	1129	12510	904.5	0	2678
	Baixadas Litorâneas	10	980.9	376.0	9809	1764.9	0	5848
	Centro-Sul Fluminense	10	56.7	45.0	567	54.3	2	145
	Costa Verde	3	273.3	246	820	127.2	162	412
	Metropolitana	8	2752.0	542.0	22016	5703.4	1	16639
	Médio Paraíba	12	81.2	27.0	974	123.9	3	437
	Noroeste Fluminense	13	74.8	67	972	47.7	8	154
	Norte Fluminense	9	7792.2	386	70130	19779.1	85	60184
	Serrana	14	539.5	220.0	7553	686.9	17	2264

Fonte: Jamovi

Em seguida, utilizando o software Jamovi, foi realizada uma análise de estatística descritiva por regiões do estado do Rio de Janeiro. Na Tabela 2, são apresentados o número de municípios por região (N), a média de suas produções, a mediana, a soma das produções por região e o desvio-padrão. Uma das constatações obtidas a partir desses dados é que a Baixada Fluminense, junto com a região Serrana, possui o maior número de municípios, com 13 cada uma. No entanto, a Baixada Fluminense apresenta uma média de produção (962,3) e uma soma total (12.510) superior à região Serrana. Vale destacar que, enquanto a região Serrana é conhecida por suas áreas verdes, atividades agrícolas e turismo relacionado a esses fatores, a Baixada Fluminense é marcada por seu perfil periférico, com baixa geração de empregos e pouca procura por atividades turísticas. Portanto, esse dado revela-se significativo.

6.2 Teste de Hipótese

Este estudo teve como objetivo utilizar o teste T para amostras independentes com o intuito de comparar a média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense com a dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro. A seguir, é apresentada a hipótese que será verificada neste estudo, utilizando-se um intervalo de confiança de 95%.

- **Hipótese Nula (H_0):** A média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é igual à média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro.
- **Hipótese Alternativa (H_1):** A média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é diferente da média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro.

O teste T só é aplicável para variáveis de agrupamento com até dois níveis. Assim, as regiões foram divididas em dois grupos: as cidades da Baixada Fluminense, que estão potencialmente aptas a conquistar a Indicação Geográfica do aipim, denominadas IG, e as demais regiões, agrupadas sob a denominação S.

Tabela 3 - Estatística descritiva do teste T

Estatística Descritiva

	Categoria	N	Omisso	Média	Erro-padrão	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Produção (T)	IG	13	0	962	251	1129	905	0	2678
	S	79	0	1428	791	130	7027	0	60184

Fonte: Jamovi

Inicialmente, foi realizada uma análise de estatística descritiva (Tabela 3), que revelou a quantidade de municípios pertencentes ao grupo IG (13) e ao grupo S (79). Além disso, observou-se que a média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é inferior em relação às demais regiões. No entanto, o desvio-padrão é significativamente maior nas cidades do grupo S, o que pode ser explicado pela maior dispersão dos dados nesse grupo.

Tabela 4 - Teste T da produção de aipim

Teste t para amostras independentes

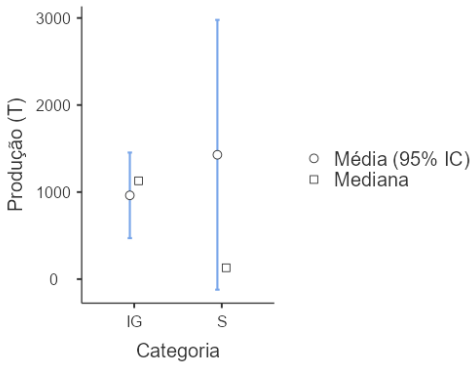
		Estatística	gl	p
Produção (T)	t de Student	−0.238	90.0	0.813

Nota. $H_a\ \mu_{IG} \neq \mu_S$

Fonte: Jamovi

De acordo com o teste T realizado (Tabela 4), não foi identificada uma diferença estatisticamente significativa entre os municípios do grupo IG e S. Isso significa que, ao afirmar que os grupos são distintos, a probabilidade de cometer um erro seria de aproximadamente 81%, conforme indicado pelo valor de p. Esse valor é muito superior ao nível de significância estabelecido, que foi de 5%.

Figura 21 - Gráfico do teste T



Fonte: Jamovi

A Figura 21 apresenta um gráfico no qual as linhas azuis representam o intervalo de confiança de 95%, faixa de valores em que há alta probabilidade de o valor real da produção está contido. Enquanto os pontos em forma de círculos indicam as médias e os quadrados, as medianas. Quando o intervalo de confiança de um grupo se sobrepõe à média do grupo oposto, geralmente isso indica que não há diferenças significativas entre os grupos. Observa-se que o intervalo de confiança do grupo IG se sobrepõe à média de produção das demais localidades (S). Portanto, o gráfico confirma que não há diferenças marcantes entre os grupos, reforçando a conclusão estatística com base no valor de p. Se houvesse diferenças significativas, as médias não estariam sobrepostas, indicando uma distinção clara entre as amostras.

6.2.1 Pressupostos

A partir deste ponto, foram analisados os pressupostos, ou seja, as condições que precisam ser cumpridas para garantir a validade dos resultados do teste T deste estudo.

Tabela 5 - Teste Levene

Teste à Homogeneidade de Variâncias (Levene)				
	F	gl	gl2	p
Produção (T)	0.583	1	90	0.447

Nota. Um p-value pequeno sugere a violação do pressuposto da homogeneidade de variâncias

Fonte: Jamovi

A Tabela 5 apresenta os resultados do teste de Levene, que avalia se as variâncias da variável "Produção" são equivalentes entre os grupos IG e S. Nesse caso, o teste indicou que o valor de p (0,447) está acima de 0,05, o que significa que há homogeneidade entre as variâncias dos grupos.

Tabela 6 - Teste de Normalidade (Shapiro-Wilk)

Teste à Normalidade (Shapiro-Wilk)		
	W	p
Produção (T)	0.193	< .001

Nota. Um p-value pequeno sugere a violação do pressuposto da normalidade

Fonte: Jamovi

No teste de normalidade Shapiro-Wilk apresentado na Tabela 6, informou que o valor de p é menor que 0,001. Nesse caso, quando valor de p é inferior a 0,05, indica que a distribuição dos dados difere de forma significativa de uma distribuição normal.

Tabela 7 - Teste de Mann-Whitney

Teste t para amostras independentes			
		Estatística	p
Produção (T)	U de Mann-Whitney	387	0.158

Nota. $H_a\ \mu_{IG} \neq \mu_S$

Fonte: Jamovi

Como o teste de normalidade indicou que a distribuição dos dados não é normal, recomenda-se o uso de um teste não paramétrico, como o teste de Mann-Whitney (Tabela 7), para comparar as medianas dos grupos em vez das médias. O valor de p = 0,158 obtido no teste de Mann-Whitney, é superior ao nível de significância de 0,05. Isso sugere que não há uma diferença significativa nas medianas de produção de aipim entre os grupos IG e S.

Conclui-se, a partir dos testes t de Student e Mann-Whitney, que não é possível rejeitar a hipótese nula de que a média de produção de aipim nos municípios da Baixada Fluminense é igual à média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro. Os testes indicam que não há evidências suficientes para afirmar que existe uma diferença significativa na produção de aipim entre os municípios da Baixada Fluminense (IG) e os demais municípios (S). Mesmo com a falta de normalidade nos dados, o teste Mann-Whitney reforça a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre estes grupos.

Tabela 8 - Teste T

Teste t para amostras independentes

Teste t para amostras independentes

		Estatística	gl	p
Produção (T)	t de Student	0.473	89.0	0.637
	U de Mann-Whitney	374		0.133

Nota. H_a $\mu_{IG} \neq \mu_S$

Pressupostos

Teste à Normalidade (Shapiro-Wilk)

	W	p
Produção (T)	0.349	< .001

Nota. Um p-value pequeno sugere a violação do pressuposto da normalidade

Teste à Homogeneidade de Variâncias (Levene)

	F	gl	gl2	p
Produção (T)	0.0309	1	89	0.861

Nota. Um p-value pequeno sugere a violação do pressuposto da homogeneidade de variâncias

Fonte: Jamovi.

Ainda em continuidade com as análises, foi retirado da amostra o município de São Francisco de Itabapoana visto que a produção de aipim é expressivamente superior

às demais, a fim de verificar sua interferência nos resultados. Assim, identificou-se que ainda assim a amostra difere de uma distribuição normal, pois o teste de normalidade Shapiro-Wilk possui o valor de p menor que 0,001.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo elaborar um Guia de boas práticas na obtenção de uma IG sustentável através de experiências positivas em territórios que obtiveram êxito no registro. Para isso, foi utilizado como base teórica as concepções de desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, cesta de bens e serviços territoriais e signos distintivos territoriais por estarem em consonância com a temática. Além disso, foi realizada uma revisão da literatura em artigos de acordo com a seguinte pergunta de pesquisa: quais são as melhores práticas sustentáveis de regiões que conseguem obter uma IG? Por fim, foi realizada uma análise estatística das produções de aipim no Rio de Janeiro através da base dados do Censo Agropecuário de 2017, para mensurar a sua expressão na BF.

O trabalho resultou no "Guia de boas práticas de obtenção de uma IG sustentável", o documento foi organizado em oito eixos a partir das melhores práticas que territórios obtiveram êxito no registro, a saber: qualidade, diferenciação, inovação social, valorização territorial, capacitação, organização e capacitação. O guia possui 24 perguntas que servem para diagnosticar e orientar territórios na obtenção do registro através de entrevistas com atores territoriais. Ressalta-se que as boas práticas identificadas se restringem ao número limitado de artigos analisados. Sugere-se o aperfeiçoamento do guia através da pesquisa de campo em territórios que detém do registro para obter maior riqueza de detalhes dos casos de sucesso.

O guia foi aplicado através do estudo de caso da possibilidade da obtenção da IG do aipim na Baixada Fluminense. Para isso, o questionário foi aplicado com 4 atores territoriais que detinham maior conhecimento do território e um comerciante especializado na venda de aipim. Em relação à aplicação do questionário, constatou-se que os entrevistados, embora seu envolvimento com o território tiverem dificuldades em responder as perguntas em totalidade. Isso evidenciou que as informações encontram-se dispersas e com pouca organização, sem existir um órgão ou grupo que reúnam dados em prol de ações para o desenvolvimento local, especialmente de uma futura tentativa de obtenção da IG do aipim. Nesse caso, isso torna-se extremamente importante visto que exige organização, articulação de atores e elaboração de documentos para realizar o processo de registro.

Quanto ao resultados da aplicação do Guia, verificou-se que a qualidade do aipim tem delimitação geográfica de Japeri em sua dez zonas rurais, em Nova Iguaçu

com destaques para os bairros de Tinguá, Jaceruba, Rio D'ouro e Marapicu e os entornos destas cidades com condições ambientais semelhantes, de práticas agrícolas compartilhadas e do saber-fazer tradicional disseminado entre as famílias produtoras. A qualidade do produto específico está associada ao rápido cozimento, maciez e sabor marcante. Tais diferenciais explicam-se pela região possuir uma composição química mais fértil devido a drenagem do rio na região para construção da Ferrovia Rio d'Ouro, fazendo com que os nutrientes emergirem e tornando-o mais fértil.

Resultado disso foram produções com tratos culturais menos intensivos ao longo de muitos anos, sem a necessidade de manejo frequente, devido à fertilidade do solo, o que reforça a força das tradições locais. Ainda assim, a maior parte dos agricultores faz baixo uso de insumos químicos, não configurando uma produção agroecológica. Tais aspectos revelam que a qualidade do produto específico está atrelada à interação entre meio ambiente, saber-fazer e tradição, configurando uma DO na classificação da IG. Já a fabricação de subprodutos do aipim ainda são incipientes, sem possuir uma agroindústria dedicada ao beneficiamento do aipim. Ressalta-se que, para a obtenção desse tipo de registro, será necessário o depósito, junto ao INPI, de teses, dissertações, artigos científicos e documentos técnicos com descrição detalhada de seu meio geográfico, abrangendo aspectos naturais e humanos que caracterizam suas qualidades (INPI, 2025).

O circuito de comercialização seguem mercados do CEASA, feiras, hortifrutis, sacolões e até o tradicional porta a porta mantendo o comércio baseado essencialmente na confiança construída ao longo do tempo, construindo inicial sua uma imagem específica no âmbito local (Champagne & Pecqueur, 2014). O produto específico apesar de sua notoriedade para além das fronteiras locais não possui marca ou certificação. Contudo, constatou-se que o produto específico de origem das regiões identificadas conseguem ser vendidos por um preço superior aos demais.

O aipim pode ser considerado um produto líder no território, segundo a metodologia da CBST (Cazella et al., 2020). Dessa forma, ele tem potencial para alavancar outras produções artesanais identificadas na região, como mel, leite, queijo, cachaça, farinhas, entre outras. A essas produções, o território também possui potencial para agregar o serviço de turismo comunitário, considerando seu contexto de agricultura familiar, uma paisagem natural exuberante e ruínas de um passado imperial.

As festas típicas que ocorrem no território, a Festa do Aipim e a Festa da Banana, conferem notoriedade ao produto e estimulam o reconhecimento institucional de sua

qualidade, fortalecendo a imagem do território. Além disso, esses eventos têm possibilitado a articulação entre o poder público, a sociedade civil e as instituições de ensino para sua realização, o que já indica um nível de organização local que precisa ser fortalecido para uma possível IG.

A articulação entre os atores territoriais em prol do beneficiamento do aipim ainda é limitada e pouco estruturada. Não existe, no momento, uma política pública local consolidada que organize ou impulsione esse processo de forma integrada. Embora alguns produtores já realizem ações de beneficiamento por iniciativa própria, essas práticas ocorrem de maneira individualizada, sem uma articulação coletiva ampla que permita fortalecer o setor como um todo. Assim, observa-se um cenário em que iniciativas pontuais coexistem com a ausência de um esforço coordenado entre os diferentes atores do território.

Apesar desses avanços, ainda persiste a necessidade de programas permanentes e articulados que abordem aspectos essenciais como beneficiamento, agregação de valor, estratégias de comercialização, formalização e gestão de empreendimentos rurais. O fortalecimento dessas frentes é fundamental para que os produtores locais não dependam apenas de iniciativas isoladas, mas possam construir trajetórias mais estáveis e autônomas de desenvolvimento econômico e territorial.

Essas ações ainda não alcançam a regularidade e a abrangência necessárias para consolidar um ambiente permanente de cooperação e planejamento territorial. Embora existam esforços da gestão pública para promover esses espaços de debate, eles ainda não atingem o público e o impacto desejados. Assim, a comunicação voltada ao desenvolvimento local permanece fragmentada, sem configurar um processo estruturado e contínuo de mobilização comunitária.

Assim, embora práticas participativas já estejam presentes no território, o desafio reside em institucionalizar e ampliar o uso de metodologias que promovam o desenvolvimento local de maneira contínua, integrada e alinhada às potencialidades e especificidades da região.

A região apresenta potencial para a obtenção de uma IG, pois, conforme demonstrado neste estudo, a qualidade do aipim diferencia-se daquela encontrada em outros territórios devido às propriedades do solo local. Contudo, esse fator, isoladamente, não sustenta uma IG. O elemento central é a organização dos atores territoriais em torno desse objetivo, o que ainda não ocorre na região, marcada por iniciativas individuais.

Constata-se que a construção de uma CBST é uma alternativa de curto a médio prazo para a região da BF diante de todos os seus atributos revelados neste estudo, a qualidade diferencia do aipim da região e os laços de confiança entre produtores e consumidores em seu circuito curto de comercialização. Este é um caminho para construção de uma futura IG sustentável para o território

Sugere-se que a universidade atue como ponto de interseção entre o poder público, a sociedade civil e as organizações privadas, reunindo informações sobre o território, promovendo diálogos e fomentando fóruns sobre a temática. Sabe-se que, em diversas ocasiões, órgãos públicos perdem informações ou descontinuam ações em razão das mudanças de gestão. Nesse sentido, a região da Baixada Fluminense necessita de uma incubadora social instalada em instituições universitárias.

Como pesquisas futuras sobre o tema, destaca-se a necessidade de ampliar a aplicação do guia para outros municípios, bem como realizar análises químicas do solo e da mandioca, bem como demonstrar detalhadamente a cadeia produtiva do aipim. Ressalta-se ainda que artigos, dissertações, reportagens e outros materiais são fundamentais na aprovação de uma IG. Eles devem ser reunidos e depositados durante o processo de solicitação do registro.

Em relação à análise estatística, conclui-se, a partir dos testes t de Student e Mann-Whitney, que não é possível rejeitar a hipótese nula de que a média de produção de aipim nos municípios da BF é igual à média dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro. Os testes indicam que não há evidências suficientes para afirmar que existe uma diferença significativa na produção de aipim entre os municípios da Baixada Fluminense (IG) e os demais municípios (S). Mesmo com a falta de normalidade nos dados, o teste Mann-Whitney reforça a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre estes grupos.

O estudo atingiu seu objetivo ao fornecer um panorama quantitativo da produção de aipim na BF, demonstrando que sua produção não pode ser considerada irrelevante em comparação com outras regiões. Pelo contrário, os resultados revelaram projeções significativas em alguns aspectos. Em relação à obtenção da IG, o estudo contribui para mensurar a relevância da produção de aipim na BF. No entanto, é necessário considerar outras variáveis e aprofundar as investigações sobre o escoamento dessas produções, sua qualidade e sustentabilidade, seus subprodutos, além da história associada a elas, as manifestações culturais e outros aspectos importantes que configuram uma qualidade diferenciada ao aipim.

REFERÊNCIAS

Aguiar, M. E. A., de Mello, A. H., dos Santos, S. C., & dos Santos Silva, F. J. (2021). Indicação Geográfica do Cacau de Tomé-Açu Como Indutora do Desenvolvimento e da Proteção de Comunidades Locais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, *17*(3).

Albuquerque, E. A. A., & Ribeiro, M. A. (2020). As desigualdades socioespaciais na periferia metropolitana: o exemplo do município de Nilópolis (RJ). Periferia, 12(2), 228-255. https://doi.org/10.12957/periferia.2020.48383

Angelo, E. R. B. Patrimônio Cultural no século XXI: pessoas, lugares, histórias, memórias e identidades em Nova Iguaçu, RJ. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, Santa Catarina, 1-18, 2015.

Angelo, E. R. B.; Fogaça, I. de F. Memória e cidade: patrimônio, cultura e história de Nova Iguaçu/RJ. *Cadernos CERU*, 31(2), 197-212, 2020. doi: https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v31i2p197-212

Ayelén Suden, C. (2022). Paisaje cultural patrimonializado: conceptos y aportes sobre la base de áreas observadas en el área metropolitana de Mendoza, Argentina.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil (2022). IBGE - Cidades. Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. Panorama. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>. Acesso em 28/05/2025.

Brandão, F. S., Ceolin, A. C., Canozzi, M. E. A., Revillion, J. P. P., & Barcellos, J. O. J. (2012). Confiança e agregação de valor em carnes com indicação geográfica. *Arquivo brasileiro de medicina veterinária e zootecnia*, *64*, 458-464.

Buainain, A., Garcia, J., & Vieira Filho, J. (2018). A economia agropecuária do Matopiba. Estudos Sociedade e Agricultura, 26(2), 376-401.

Büttenbender, P. L., Bartoli, E., Menezes, E. C. de O. ., Zamberlan , C. O., Covas, A. M. A., &Henzel , M. E. . (2022). Abordagem Territorial do Desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva. *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 18(1). https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6522

Carniello, M. F., dos Santos, M. J., & Máximo Pimenta, C. A. (2022). A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultura e seus componentes. *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 18(1). https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6517

Cassiolato, J. E., Lastres, H. M. M., & Maciel, M. L. (Eds.). (2003). Systems of innovation and development: evidence from Brazil. Edward Elgar Publishing.

Cassiolato, J. E., Matos, M., & Lastres, H. (2014). Innovation systems and development. International development: ideas, experience, and prospects, 566-581.

Castellanos, E. P., Casallas, E. D., Ávila, J. A. F., & Niño, F. A. P. (2024). Modelo para determinar la capacidad de representación de una marca territorial. *Revista Venezolana de Gerencia*: RVG, 29(106), 659-673. https://doi.org/10.52080/rvgluz.29.106

Cazella, A. A., Medeiros, M.; Desconsi, C.; Schneider, S.; de Paula; L. G. N.(2020) O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16, 193-206. Disponível em: https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881

CENSO AGROPECUÁRIO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>.Acesso em: 27/11/2025.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Resultados do Censo Agro 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html. Acesso em: 27 nov. 2024.

Chelotti, M. C. (2010). Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade & Natureza*, *22*, 165-180. https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/9637

Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Covas, A. M. A., de Mendonça, M. D. M. C.,&Dallabrida, V. R. (2019). Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. Biblio3W *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. https://doi.org/10.1344/b3w.0.2019.27842

Cruz, B. E. V., & Paes, R. L. (2024). A produção de pimenta-do-reino no estado do Pará-Brasil–relevância de uma indicação geográfica (ig) para o produto-território. *Ateliê Geográfico*, *18*(3), 256-282.

Damasceno, N., Khan, A., & Lima, P. (2011). O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49, 129-156.

Dallabrida, V. R. (2020a). Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(2). Recuperado de https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395

Dallabrida, V. R., Mueller; A. A., de Andrade; A. A. V., Carniello; M. F., Büttenbender; P. L.; Gumiero, R. G.; de Oliveira Menezes, E. C. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, 21(59), e14586-e14586. 2023. doi:https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14586

Dallabrida, V. R. Signos Distintivos Territoriais e Indicações Geográficas: Base Teórica e uma proposta metodológica para avaliação de experiências. *Informe Gepec*, *27*(2), 389-413, 2023. doi:https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.31161

Dallabrida, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento Em Questão*, 18(52), 12–32, 2020. doi:https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32

Denardin, V. F., Alves, C. L. B., Cazella, A. A., Fett Júnior, N., & Lopes, P. R. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, SP. Vol. 18, n. 1 (jan./abr. 2022), p. 61-83. http://hdl.handle.net/10183/247172

Facirolli Sobrinho, M. H.; Guedes, C. A. M.; Castro, M. C. D. E. A Indicação Geográfica do café da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais como ferramenta de desenvolvimento territorial. *Interações* (Campo Grande), 22(1), 279–294, 2021. doi: https://doi.org/10.20435/inter.v22i1.2206

Favareto AS. Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional: a importância da tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições. *Guaju*, 9, 42-69, 2023. doi:dx.doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91740

Froehlich, J. M., & Dullius, P. R. (2012). As experiências de indicações geográficas no Brasil meridional e a agricultura familiar. *Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade, e Consumo*, 225-66.

FROEHLICH, J., & CORCHUELO, S. A. (2017). IGs E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL-OBSERVAÇÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS EM DIFERENTES CONTEXTOS IBEROAMERICANOS. *Ambiente & Sociedade*, *20*, 65-82.

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ. (2021). *PIB Estadual: Relatório 2020/2021*. Rio de Janeiro, RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.rj.gov.br/ceperj/pib-estadual

Guazi, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2, 1-20, 2021. doi: https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas SA.

Guanziroli, C. E., & Vinchon, K. (2019). Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57, 353-367.https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.186584

Guilhoto, J., Ichihara, S. M., Silveira, F. G., Diniz, B. P. C., Azzoni, C. R., & Moreira, G. R. C. (2007). A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). *V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*.

Gumiero, R. G., Dal Forno, M. A. R., Ruiz Pulpon, Á. R., Fuini, L. L., & Thesing, N. J. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão institucional do patrimônio territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, SP. Vol. 18, n. 1 (jan./abr. 2022), p. 168-185. http://hdl.handle.net/10183/247271

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Censo Agropecuário. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. (2025). *Manual de Indicações Geográficas*. https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki

Menezes, A. D. S., & Mello, J. A. V. B. (2022). Expansão imobiliária e adensamento populacional na periferia do Estado do Rio de Janeiro/Brasil: uma análise da cidade de Nova Iguaçu. *Geograficando*, 18(2). http://dx.doi.org/10.24215/2346898Xe122

Menezes, A. D. S., Ribeiro Mello, A. J., Pereira Rodrigues, A. R., & Henriques Motta, W. (2024). Pasivos Habitacionales y Condiciones Inadecuadas de Vivienda en Municipios Brasileños: los Aglomerados Subnormales y los Desafíos de la Agenda 2030. *Revista Geográfica de América Central*, (72), 79-105. https://doi.org/10.15359/rgac.72-1.3

Meadows, D. L.; Meadows, D. H.; Randers, J.; Behrens, W. W. *Limites do crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Minayo, M. C. D. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & saúde coletiva, 17, 621-626.

Mollard, A.; Pecqueur, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d'une recherche. *Économie rurale*, 300(4), 110-114, 2007. doi:0.4000/economierurale.2270

Mueller, A. A.; Maia, C.; Gazolla, M.; Da Silva; S., Lutzer; A.; Tabasco, J. A abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão humana e intelectual: uma proposição teórico-metodológica à luz de Amartya Sen e John Thompson. *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 18(1), 2022. https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6519

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual. (2022). *Curso DL 101P BR – Propriedade Intelectual*. OMPI Academy. https://www.wipo.int

ONU - Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo:* A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova Iorque, 2015. Disponível em:chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em maio. 2025.

Pecqueur, B. (2001). Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie rurale*, 261(1), 37-49. https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217

Pecqueur, B (2005). Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. *France: Université Joseph Fourier*.

Pigatto, G. A. S., Brunori, G., Estival, K. G. S., Lourenzani, A. E. B. S., & de Moraes, N. R. (2022). SOCIAL INNOVATION AND HIGH-QUALITY COCOA PRODUCTION: A CASE STUDY OF THE"˜ CACAU SUL BAHIA'NETWORK. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, *18*(2).

Prado, F. H., MILANO, M. Z., Dortzbach, D., Cazella, A. A., & Desconsi, C. (2022). O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. *Desenvolvimento & Meio Ambiente*, *59*, 110-133.

Queiroz, S. A. V. D. S., Araújo, E. D. O. M., Sales, D. C., Lucena, L. M. D., Santos, I. M. L. D., Silva, S. T. D., ... & Rangel, A. H. D. N. (2024). Characterization of the production system of artisanal cheese makers in Currais Novos, Brazil. *Brazilian Journal of Food Technology*, *27*, e2024026

Rezende, J. F. D. C., & Sinay, M. C. F. D. (2016). Methodology for leading indicators on sustainable regional development. *Revista de Administração Pública*, 50, 395-423. https://doi.org/10.1590/0034-7612134163

Rotta, E., Teixeira, T., Covas, M., Andrade, A., & de Quadros, D. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão social. *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 18(1). https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6508

Saldanha, C. B., Silva, D. T., Martins, L. O. S., Fraga, I. D., & Silva, M. S. (2024). Sustainability of the Origin Indication of Sugar Cane Spirit from Abaíra Microregion, Bahia, Brazil Under the Aegis of the Sustainable Development Goals (SDGs). *Sustainability*, *16*(24), 10880.

Santos, C. (2024). Inteligência Artificial na Análise de Dados Quantitativos de Pesquisa Educacional: Confiabilidade do Data Analyst GPT (ChatGPT) comparado ao SPSS e JAMOVI. *Nuances: Estudos sobre Educação*, e024013-e024013. https://doi.org/10.32930/nuances.v35i00.10682

Şahin, M., & Aybek, E. (2019). Jamovi: an easy to use statistical software for the social scientists. *International Journal of Assessment Tools in Education*, 6(4), 670-692. https://dx.doi.org/10.21449/ijate.661803

Santos, L. D. O.; de Freitas Silva; M. E.; Mello, J. A. V. B. Sustentabilidade em festivais regionais: uma análise da festa do aipim no Rio de Janeiro. *Chakiñan, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 2025. doi: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12482

SEBRAE. (2024). *Indicações Geográficas Brasileiras: Catálogo atualizado* [PDF]. SEBRAE. https://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f2dd6c8eac9accc07ac0f3fe6de5e173/\$File/7524.pdf

Shapiro, S. S., & Francia, R. S. (1972). An approximate analysis of variance test for normality. *Journal of the American statistical Association*, 67(337), 215-216. https://doi.org/10.1080/01621459.1972.10481232

Shapiro, S. S., & Wilk, M. B. (1965). An analysis of variance test for normality (complete samples). *Biometrika*, 52(3/4), 591-611. https://doi.org/10.1093/biomet/52.3-4.591

Silva, C. K. V., Brito, L. M., & de Souza Dantas, T. K. (2016). A indicação geográfica como promotora do desenvolvimento local e regional: o caso (em potencial) do bordado do Seridó. *REVISTA GEINTEC-GESTAO INOVACAO E TECNOLOGIAS*, *6*(1), 2982-2990.

Soares, P. B. D. (2014). As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no Mercosul: os casos da carne caprina procedente da Região Patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul.

Souza, M. C. F. G. (2023). Agricultura familiar na Baixada Fluminense: Uma análise da cadeia de suprimentos de uma cooperativa de polpa de frutas. In XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), Seropédica, RJ. *Interdisciplinaridade, inclusão, e extensão - por uma conexão de saberes entre teoria e prática* (Vol. 5, pp. 60-73). Seropédica, RJ: PEPEDT/UFRRJ.

Souza, M. A. A. D. O retorno do território. *OSAL–Observatório Social de América Latina*, 6(16), 251-261, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em dez. 2024.

Souza, M. de C. F. G., & Farias, F. (2023). Basket of territorial goods and services: possibilities through community-based tourism in a brazilian city, mesquita (rj). *Revista Produção E Desenvolvimento*, 9(1), e671. https://doi.org/10.32358/rpd.2023.v9.671

Tenchini, F. P., & Freitas, C. O. D. (2023). Agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via PRONAF. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(2), e266755. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.266755

Valente, M. E. R., Perez, R., Ramos, A. M., & Chaves, J. B. P. (2012). Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. *Ciência Rural*, *42*, 551-558.

Velloso, C. Q. (2008). Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC).

Vieira Juk, Y., & Fuck, M. P. (2015). Innovations and support institutions: The 1st geographical indication in Brazil. *Journal of technology management & innovation*, *10*(2), 117-126.

Vieira, L. M., Monticelli, J. M., & Cislaghi, T. P. (2025). The interplay of institutions and coopetition: a decade-long analysis of a geographical indication in the Brazilian wine industry. *Journal of Business & Industrial Marketing*.

Rodrigues, G. C., de Mendonça, F. M., & de Lima Siqueira, P. H. (2024). POTENCIALIDADE DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: A ARTE NA PALHA DE CIPOTÂNEA. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, *20*(3).

Vinuto, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203, 2014. doi: https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977

Yin, R. K. (2018). Case study research and applications.

ANEXO 1 – GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA OBTENÇÃO DE UMA IG

Guia de boas práticas na obtenção de uma IG
Qualidade
1 - Quais são as regiões (bairros e cidades) em que o produto específico apresenta a mesma qualidade?
2 - O cultivo do produto específico são orgânicas ou agroecologicamente sustentáveis? Como funciona?
3 - O plantio ocorre pelo Sistema Agroflorestal? Explique como funciona.
4 - O produto específico possui alguma certificação ou marca?
5 - Os produtores do produto específico tem acesso a assistência técnica rural?
6 - Existe alguma agroindústria no território?
7 - Existem normas de qualidade ou rastreabilidade estabelecidas para o produto específico?
Diferenciação
8 - Qual é o diferencial do produto específico em relação às demais regiões?
9 - O valor do produto específico consegue ser mais elevado do que os demais territórios devido ao seu reconhecimento?
Inovação Social
10 - Tem ocorrido agregação de valor do produto específico (produtos ou subprodutos oriundos do produto específico)? Exemplos: bolos, geleias, medicamentos, salgados, farinhas, dentre outros?
11 - São utilizadas algum tipo de tecnologia ou inovação social nas produções?
Valorização Territorial
12 - Existem saberes tradicionais passados de geração em geração em relação a esse produto específico?
13 - Qual é a história por trás da região onde se estabelece esse produto específico?
14 - Existem iniciativas de turismo na região? Quais?
15 - A região apresenta manifestações culturais (festas locais, música, gastronomia e produtos típicos)? Quais são?
Capacitação
16 - Existem iniciativas de capacitação dos produtores locais e incentivo ao empreendedorismo?
Organização
17 - Quais são as associações ou cooperativas no território? Quais delas são destinadas ao beneficiamento do produto específico?
18 - Existe alguma organização pública ou privada financiando a melhoria da produção do produto específico?
19 - Universidades têm desenvolvido pesquisas vinculadas, direta ou indiretamente, ao produto específico?
20 - Existem lideranças no território incentivando o beneficiamento do produto específico? Quem são essas pessoas?
21 - Esses atores territoriais se articulam em prol do beneficiamento do produto específico?
Comunicação
22 - Tem sido realizado no território fóruns, seminários ou reuniões com objetivo de promover o desenvolvimento local?
23 - Como se dá a comunicação entre os produtores locais?
Metodologias
24 - É aplicado no território alguma metodologia para promover o desenvolvimento local?

ANEXO 2 – DADOS CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Nº	Municípios	Categoria	Região	Estabelecimentos	Produção (T)	Área colhida (ha)	Valor da produção (x1000) R$	Área de estabelecimento agrpecuários (ha)	Nº de estabelecimentos agropecuários
1	Nova Iguaçu	IG	Baixada Fluminense	229	1394	151	R$ 1.867,32	3580	576
2	Japeri	IG	Baixada Fluminense	139	1764	223	R$ 2.255,00	1840	284
3	Duque de Caxias	IG	Baixada Fluminense	153	1324	159	R$ 2.159,42	5.557	388
4	Belford Roxo	IG	Baixada Fluminense	3	0	0	R$ -	85	17
5	Queimados	IG	Baixada Fluminense	55	369	57	R$ 647,60	827	138
6	Magé	IG	Baixada Fluminense	439	2678	351	R$ 3.436,88	11.795	1040
7	Mesquita	IG	Baixada Fluminense	22	45	4	R$ 89,196	137	56
8	Nilópolis	IG	Baixada Fluminense	0	0	0	R$ -	0	0
9	São João de Meriti	IG	Baixada Fluminense	0	0	0	0	1	0
10	Seropédica	IG	Baixada Fluminense	146	1129	181	R$ 1.516,00	932	444
11	Paracambi	IG	Baixada Fluminense	118	248	50	R$ 357,120	6066	374
12	Guapimirim	IG	Baixada Fluminense	69	1965	325	R$ 1.882,34	17371	258
13	Itaguaí	IG	Baixada Fluminense	102	1594	222	R$ 1.696,62	9340	434
14	Rio de Janeiro	S	Metropolitana	221	3193	559	R$ 4.683,00	7157	1101
15	Niterói	S	Metropolitana	7	1	1	R$ 2,45	654	22
16	Itaboraí	S	Metropolitana	99	426	76	R$ 396,08	16470	448
17	Tanguá	S	Metropolitana	106	743	111	R$ 655,94	9944	441
18	Maricá	S	Metropolitana	66	238	28	R$ 273,92	10369	294
19	Rio Bonito	S	Metropolitana	118	658	128	R$ 589,84	28934	637
20	São Gonçalo	S	Metropolitana	71	118	22	R$ 145,399	5864	288
21	Cachoeiras de Macacu	S	Metropolitana	820	16639	1520	R$ 12.676,00	39370	2162
22	Miguel Pereira	S	Centro-Sul Fluminense	12	39	9	R$ 53,861	18.289	203
23	Mendes	S	Centro-Sul Fluminense	7	10	3	R$ 15,40	3693	241
24	Eng. Paulo de Frontim	S	Centro-Sul Fluminense	3	2	1	R$ 2,63	5512	67
25	Paty de Alferes	S	Centro-Sul Fluminense	32	110	11	R$ 211,33	2051	734
26	Paraíba do Sul	S	Centro-Sul Fluminense	18	129	37	R$ 150,31	3440	314
27	Três Rios	S	Centro-Sul Fluminense	47	145	29	R$ 312,45	23257	305
28	Areal	S	Centro-Sul Fluminense	9	5	1	R$ 13,22	6139	84
29	Sapucaia	S	Centro-Sul Fluminense	16	51	15	R$ 61,08	36946	684
30	Com. Levy Gasparian	S	Centro-Sul Fluminense	11	8	2	R$ 18,74	7105	86
31	Vassouras	S	Centro-Sul Fluminense	27	68	7	R$ 117,60	43777	435
32	Petrópolis	S	Serrana	72	76	12	R$ 114,39	21246	768
33	Nova Friburgo	S	Serrana	256	910	101	R$ 1.022,50	23199	2057
34	Teresópolis	S	Serrana	143	206	33	R$ 222,50	16601	3492
35	São José do Vale do Rio Preto	S	Serrana	41	234	27	R$ 251,77	14589	689
36	Bom Jardim	S	Serrana	289	1736	229	R$ 1.433,18	20274	1006
37	Trajano de Moraes	S	Serrana	208	566	64	R$ 621,95	46369	1101

N	Municípios	Categoria	Região	Estabelecimentos	Produção (T)	Área colhida (ha)	Valor da produção (x1000) R$	Área de estabelecimento agrpecuários (ha)	Nº de estabelecimentos agropecuários
38	Santa Maria Madalena	S	Serrana	65	206	37	R$ 247,60	52067	951
39	Sumidouro	S	Serrana	137	2264	245	R$ 2.097,04	29938	2674
40	Duas Barras	S	Serrana	61	780	62	R$ 642,65	28159	570
41	Cordeiro	S	Serrana	12	63	11	R$ 85,02	9.800	184
42	Carmo	S	Serrana	9	398	23	R$ 451,70	25517	476
43	Cantagalo	S	Serrana	36	17	9	R$ 31,60	59312	942
44	São Sebastião do Alto	S	Serrana	7	37	6	R$ 39,27	32899	776
45	Macuco	S	Serrana	10	60	7	R$ 40,19	6914	73
46	Paraty	S	Costa Verde	435	412	86	R$ 1.033,88	30486	601
47	Angra dos Reis	S	Costa Verde	220	246	48	R$ 487,66	13814	420
48	Mangaratiba	S	Costa Verde	96	162	47	R$ 299,38	9451	280
49	Itatiaia	S	Médio Paraíba	5	15	6		6231	72
50	Resende	S	Médio Paraíba	29	28	6	R$ 84,68	52642	519
51	Quatis	S	Médio Paraíba	79	69	8	R$ 116,99	23742	391
52	Porto Real	S	Médio Paraíba	5	3	1	R$ 4.010,00	2521	52
53	Barra Mansa	S	Médio Paraíba	95	151	13	R$ 195,78	38547	760
54	Volta Redonda	S	Médio Paraíba	28	8	3	R$ 10,92	9503	248
55	Barra do Piraí	S	Médio Paraíba	19	4	1	R$ 9,28	34.575	80
56	Pinheral	S	Médio Paraíba	36	26	5	R$ 75,69	5546	112
57	Piraí	S	Médio Paraíba	298	437	39	R$ 1.135,23	29557	596
58	Rio das Flores	S	Médio Paraíba	11	17	6	R$ 17,32	38335	228
59	Valença	S	Médio Paraíba	55	153	15	R$ 296,56	92017	1143
60	Rio Claro	S	Médio Paraíba	99	63	10	R$ 185,99	54517	663
61	Saquarema	S	Baixadas Litorâneas	148	487	65	R$ 452,19	9162	454
62	Araruama	S	Baixadas Litorâneas	280	265	43	R$ 279,01	28308	830
63	Casimiro de Abreu	S	Baixadas Litorâneas	105	1242	263	R$ 850,05	33594	291
64	Cabo Frio	S	Baixadas Litorâneas	156	757	125	R$ 917,82	18577	349
65	São Pedro da Aldeia	S	Baixadas Litorâneas	126	1005	157	R$ 1.171,74	12972	289
66	Iguaba Grande	S	Baixadas Litorâneas	29	39	4	R$ 46,46	1070	66
67	Arraial do Cabo	S	Baixadas Litorâneas	1	0	0	R$ -	2	7
68	Rio das Ostras	S	Baixadas Litorâneas	39	140	32	R$ 94,19	13525	208
69	Silva Jardim	S	Baixadas Litorâneas	221	5.848	820	R$ 4.212,66	61.440	
70	Armação dos Búzios	S	Baixadas Litorâneas	3	26	6	R$ 36,50	792	20
71	Itaocara	S	Noroeste Fluminense	53	154	19	R$ 151,62	38038	1497
72	Aperibé	S	Noroeste Fluminense	15	83	18	R$ 87,46	5707	288
73	Santo Antônio de Paula	S	Noroeste Fluminense	41	96	18	R$ 71,28	41828	1082

N	Municípios	Categoria	Região	Estabelecimentos	Produção (T)	Área colhida (ha)	Valor da produção (x1000) R$	Área de estabelecimento agrpecuários (ha)	Nº de estabelecimentos agropecuários
74	São José de Ubá	S	Noroeste Fluminense	4	19	2	R$ 34,95	18373	533
75	Itaperuna	S	Noroeste Fluminense	37	130	41	R$ 175,44	88898	1596
76	Natividade	S	Noroeste Fluminense	42	29	9	R$ 44,25	29640	730
77	Laje de Muriaé	S	Noroeste Fluminense	3	8	1	R$ 9,64	14765	349
78	Porciuncula	S	Noroeste Fluminense	26	67	16	R$ 113,89	25143	1091
79	Varre-sai	S	Noroeste Fluminense	15	41	11	R$ 51,21	13566	676
80	Bom Jesus de Itabapoana	S	Noroeste Fluminense	11	55	18	R$ 68,78	48851	1111
81	Italva	S	Noroeste Fluminense	25	103	31	R$ 117,24	17978	409
82	Cambuci	S	Noroeste Fluminense	31	142	11	R$ 179,01	46746	1151
83	Miracema	S	Noroeste Fluminense	19	45	8	R$ 63,84	26724	387
84	Macaé	S	Norte Fluminense	293	608	164	R$ 817,46	71198	886
85	Conceição de Macabu	S	Norte Fluminense	104	359	71	R$ 336,49	21932	335
86	Carapebus	S	Norte Fluminense	117	141	71	R$ 160,77	16244	549
87	Quissamã	S	Norte Fluminense	29	85	19	R$ 128,35	23150	305
88	Campos dos Goytacazes	S	Norte Fluminense	949	7255	1757	R$ 5.325,14	256318	7789
89	São Fidelis	S	Norte Fluminense	114	292	68	R$ 366,73	70104	1766
90	Cardoso Moreira	S	Norte Fluminense	112	820	107	R$ 680,83	34217	588
92	São João da Barra	S	Norte Fluminense	92	386	66	R$ 393,22	6390	692